2017
RELATÓRIO ANUAL
TELOS

MENSAGEM

O último exercício foi um ano marcado pela confirmação da solidez na gestão dos nossos planos de benefícios. Pelo 14ª ano consecutivo obtivemos um resultado superavitário. Alcançamos a expressiva marca de mais de R$ 1 bilhão de superávit, sendo R$ 968 milhões no Plano de Benefício Definido (PBD) e R$ 253 milhões no Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I). No resultado do ano o montante foi de R$ 220 milhões no PBD e R$ 21 milhões no PCV-I.

Os bons resultados também podem ser verificados no desempenho dos investimentos. No PBD a rentabilidade foi de 9,00%, bem acima da meta atuarial de 4,01% (IGP-DI +4,5%). No PCV-I, a rentabilidade da conta coletiva foi de 7,04%, acima do mesmo indicador.

Os resultados alcançados ao final do ano de 2017 refletem o modelo de gestão praticado na TELOS, baseado na execução de uma política de investimentos focada no longo prazo, adoção de um modelo de governança eficaz baseado na gestão de riscos e aprimoramento contínuo dos processos e controles internos da Fundação.

O resultado deste modelo de gestão foi a obtenção da Certificação ISO 9001:2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT em dezembro de 2017. A conquista confirmou a eficiência com que gerimos nossos processos e elevou o foco na gestão de risco, exigindo a identificação dos mesmos e um planejamento eficaz no desenvolvimento de ações para manter a excelência da qualidade dos nossos serviços, confirmado através do resultado da Pesquisa de Satisfação Anual que apontou um elevado índice de satisfação de 95% entre bom e ótimo dos participantes entrevistados.

Por fim, pautados na política de transparência, apresentamos no interior deste documento todos os resultados obtidos. O Relatório, produzido em duas versões, completa e resumida, está dividido nas principais áreas de atuação da Fundação: previdencial; atuarial, administrativa e de investimentos.

Em suas páginas a aprovação das Demonstrações contábeis de 2017 por parte do Conselho Deliberativo e os pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário Interno e Auditor Externo também estão apresentados.

Boa Leitura!

Diretoria Executiva

MAIS DE UM BILHÃO DE SUPERÁVIT

SUMÁRIO

GESTÃO PREVIDENCIAL 9

GESTÃO DE INVESTIMENTOS 15

GESTÃO ATUARIAL 31

GESTÃO ADMINISTRATIVA 36

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS & NOTAS EXPLICATIVAS 41

BALANÇO PATRIMONIAL POR PLANOS 72

PARECERES E DELIBERAÇÃO DO CONSELHO 75

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Conselho Deliberativo

Carlos Henrique Moreira *(Presidente)*

Dario Balesdent Filho

Roberto Catalão Cardoso

Carlos Augusto Moreira Machado

Helio Manoel dos Santos Filho

Conselho Fiscal

Márcia Motta Sá *(Presidente)*

Ivo Figueiras Marins

Hélio Losito

Diretoria Executiva

Roberto Durães de Pinho *(Presidente)*

Andrea Morango Pittigliani *(Diretora Financeira)*

Carlos Alberto Tavares de Almeida *(Diretor de Seguridade)*

PATROCINADORES

Plano TELOS CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - I (PCV-I)

- **CLARO**
- **STAR ONE**
- **PRIMESYS**
- **T V SAT (CLAROTV)**
- **TELMEX DO BRASIL**
- **AMERICEL S. A**
- **TELOS**
- **INSTITUTO NET CLARO EMBRATEL**

Em 2017 o **Instituto NET Claro Embratel** ingressou como novo Patrocinador do Plano Telos Contribuição Variável - I (PCV-I).

Plano de Benefício Definido – PBD

- **CLARO**
- **TELOS**

Fechado a novas adesões desde janeiro de 1999.

A FUNDAÇÃO

MISSÃO

Instituir e Administrar Planos de Previdência Complementar, garantindo a concessão de benefícios de natureza previdenciária através da gestão eficaz dos recursos aportados, observando as expectativas de seus Participantes e Patrocinadores.

VISÃO

Ser reconhecida pelos Participantes e Patrocinadores como uma entidade Sólida, Transparente, Eficiente e Moderna.

VALORES

Trabalho, Crescimento, Responsabilidade Social e Austeridade.

POLÍTICA DA QUALIDADE

"A TELOS é comprometida com um Sistema de Qualidade e está focada na satisfação, atual e futura, de seus participantes e patrocinadores, através da eficiente gestão dos investimentos, adoção de práticas que asseguram a correta concessão e manutenção de benefícios previdenciários na forma contratada e a prestação de assistência financeira a seus participantes, controlando os riscos dos referidos processos, mantendo simultaneamente o equilíbrio atuarial de seus planos e rigoroso controle dos custos administrativos.

Nossos Objetivos da Qualidade e a determinação por resultados serão sempre desafios a superar, com segurança, através da melhoria contínua dos processos."

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Em dezembro de 2017, o Sistema de Gestão da Qualidade da TELOS conquistou a Certificação ISO 9001:2015 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta conquista, e as recertificações obtidas desde 2007 confirmam a nossa busca contínua pela satisfação e bem-estar de todos.

O êxito de termos obtido a nova certificação demostra que o nosso compromisso com a qualidade é evidente em todos os processos e atividades.

Os benefícios em ter o novo selo envolvem todos os Participantes, Assistidos e Patrocinadores da Fundação. Ao focar no maior planejamento de definição de riscos e de ações preventivas, a transição da ISO 9001:2008 para a ISO 9001:2015 enaltece nosso atributo de eficiência, uma vez que confirma que nossas ações são praticadas com rigoroso controle nos processos.

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE
Conformity Certificate

Nº 23.047/07

A ABNT concede o Certificado de Conformidade de Sistema de Gestão da Qualidade à empresa:
ABNT grants the Conformity Certificate of the Quality Management System to the company:

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
CNPJ: 42.465.310/0001-21

Implementado para a(s) atividade(s) de:
Implemented for the following activity(ies):

Recebimento de contribuição, gestão de investimentos, concessão e manutenção de benefícios previdenciários e concessão de empréstimos

Exercida(s) na unidade localizada em:
Exerted in the unit located in:

Avenida Presidente Vargas, 290 - 10° Andar - Centro
20091-060 - Rio de Janeiro - RJ

Atendendo aos requisitos da Norma:
Meeting the requirements of the Standard:

ABNT NBR ISO 9001:2015

Primeira concessão: 13/9/2007
First concession:

Período de validade:
Validity period:

11/08/2016 a 23/05/2019

Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2017.

Guy Ladvocat
Gerente de Certificação de Sistemas
Systems Certification Manager

com o timbre da ABNT em alto-relevo seco, assinado pelo Gerente de Certificação de Sistemas. Sua validade pode ser confirmada no seguinte endereço eletrônico: www.abnt.org.br.
(CNPJ: 33.402.892/0001-06 – Tel.: (21) 3974-2300 / Fax: (21) 3974-2315).
This certificate is sustained by a contract of compliance with ABNT Standard and procedures and will be valid only its original form and with the ABNT stamp in dry high-relief, duly signed by the Systems Certification Manager. Its validity may be confirmed at the following eletronic address: www.abnt.org.br. (CNPJ: 33.402.892/0001-06 – Tel.: (21) 3974-2300 / Fax: (21) 3974-2315).

Rev.: 05

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
Av. Treze de Maio, 13 - 28º Andar - Centro - **Rio de Janeiro - RJ** - CEP 20031-901
Av. Paulista, 726 - 10º Andar - Bela Vista - **São Paulo - SP** - CEP 01310-910

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A Pesquisa de Satisfação Anual 2017 revelou que 95% (somatório de ótimo e bom) do público entrevistado está satisfeito com a Fundação de forma geral. A percepção do esforço da TELOS para garantir o bem-estar dos seus Participantes e Assistidos é notória.

Para a TELOS o positivo resultado é um indicativo de estar no caminho certo.

Em relação aos quatro atributos essenciais relacionados a imagem (solidez, eficiência, transparência e modernidade), a Fundação também obteve índices satisfatórios, ficando acima de 92%. Característica que vem sendo mantida ao longo das últimas pesquisas realizadas.

Estratificando-se por tópico destacamos:

99% **SOLIDEZ** - manteve o índice alcançado na pesquisa anterior.

99% **EFICIÊNCIA** - apresentou melhora de 1 ponto percentual em relação à pesquisa anterior, atingindo um índice elevado de entrevistados que consideraram a Fundação uma empresa eficiente.

95% **TRANSPARÊNCIA** - consideraram a TELOS como uma entidade transparente, mantendo também o resultado da pesquisa anterior.

93% **MODERNIDADE** - também manteve o índice alcançado na pesquisa anterior.

GESTÃO PREVIDENCIAL

ELEIÇÕES PARA CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

Em 2017, ano de término do mandato dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a TELOS realizou eleição para escolha dos novos representantes dos Participantes e Assistidos.

Foram eleitas as 2 (duas) chapas inscritas para preencher as 2 (duas) vagas de membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Deliberativo e a única chapa inscrita para preenchimento de 1 (uma) vaga de membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal.

Conforme estabelecido na Instrução PREVIC nº6 de 29 de maio de 2017, todos os membros empossados nos Conselhos da Fundação cumprem os requisitos estabelecidos e estão aptos ao exercício do cargo.

Com mandato para os próximos 3 (três) anos, até 2020, a atual composição dos membros efetivos e suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal está constituída da seguinte forma:

CONSELHO DELIBERATIVO	
Efetivo	**Suplente**
Carlos Henrique Moreira *(Presidente)*	Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho
Roberto Catalão Cardoso	Rodrigo Marques de Oliveira
Dario Balesdent Filho	Karina Mendes Gonçalves
Carlos Augusto Moreira Machado	Dagmar Abreu Sousa Correia
Hélio Manoel dos Santos Filho	Norma Isaura Ramos Thomaz Dias

CONSELHO FISCAL	
Efetivo	**Suplente**
Márcia Motta Sá (*Presidente)*	Silvia Teixeira de Carvalho
Ivo Filgueiras Marins	Ana Beatriz Fontenelle Gorini
Hélio Losito	Tércio Galdino de Lima

Você pode saber mais sobre os órgãos de administração e fiscalização da Fundação no ESTATUTO da TELOS.

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Plano TELOS Contribuição Variável - I (PCV-I)

Após a prévia validação pelo Conselho Deliberativo da TELOS, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC evidenciou a aprovação da proposta de alteração do Regulamento do Plano TELOS Contribuição Variável - I (PCV-I) através do Parecer Nº 750/2017/CAL/CGAT/DILIC e da Portaria publicada no Diário Oficial da União dia 10 de novembro 2017.

A mudança realizada no Regulamento do PCV-I restringiu-se aos artigos 18 e 28 do Regulamento do Plano, a saber:

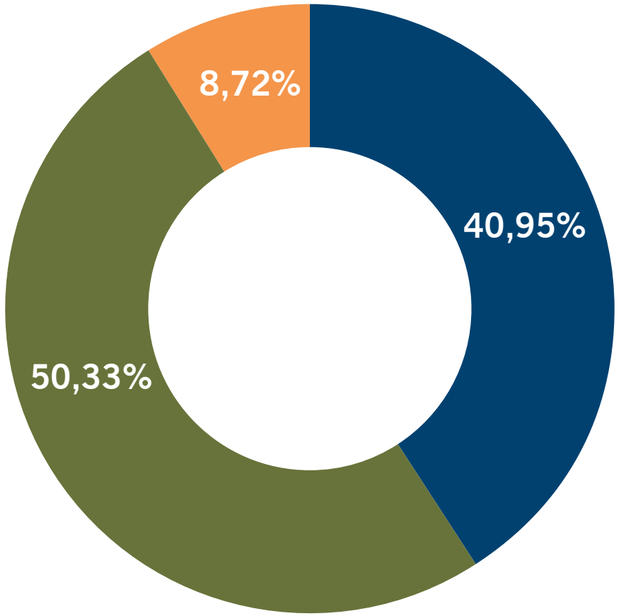
a) **Art. 18:** inclusão da possibilidade do patrocinador utilizar o fundo constituído no artigo 28 do regulamento do plano para suas contribuições normais, enquanto houver saldo suficiente para tanto;

b) **Art. 28:** inserção da utilização do fundo específico determinado pela Diretoria Executiva, para cobertura das contribuições do patrocinador, constituído de recursos de contribuições exclusivas do patrocinador remanescentes na Conta Total do Participante, decorrente da saída do participante do plano quando de sua opção pelo resgate ou portabilidade, além da manutenção da sua utilização para outras finalidades, desde que estabelecida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada em manifestação atuarial.

PARTICIPANTES TELOS

Fechamos o exercício de 2017 com mais de 13 mil Participantes inscritos nos Planos de Contribuição Variável - I (PCV-I) e Benefício Definido (PBD). Tivemos um aumento no número de Assistidos do PCV-I de 4,77% em relação ao ano de 2016.

Categorias de Participantes	PCV-I	PBD
Ativos	5.601	3
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	3.667	3.221
Autopatrocinados / Vinculados	1.194	-
Total Geral	**10.462**	**3.224**



GLOSSÁRIO

ATIVOS
Empregado de Patrocinador inserido no Plano de benefício.

AUTOPATROCINADOS
Ex-empregado de Patrocinador que optaram por permanecer contribuindo para o Plano.

VINCULADOS
Ex-empregado de Patrocinador que opta pela vinculação ao Plano, sem efetuar contribuições regulares.

APOSENTADOS
Participantes que já se encontram em gozo de benefício de prestação continuada.

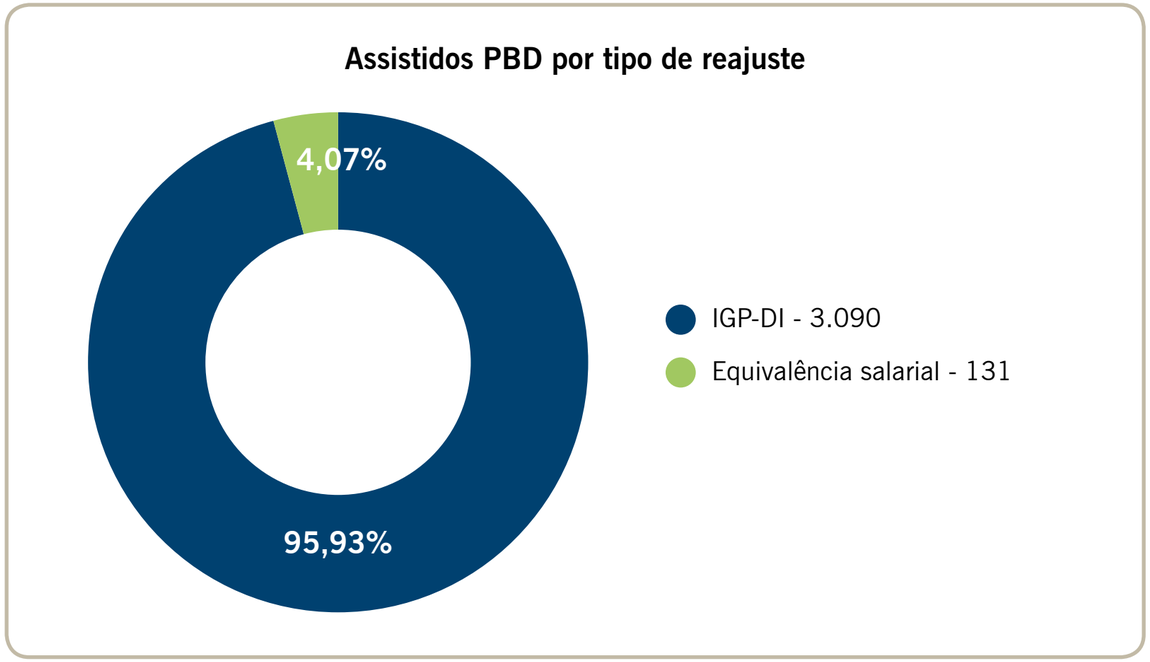
PENSIONISTAS
Aqueles que recebem um benefício em função da morte de Participante ou Aposentado.

BENEFÍCIOS E INSTITUTOS

PBD

No ano de 2017 a TELOS efetuou o pagamento de R$ 183 milhões a título de benefícios do Plano. Deste montante, cerca de R$ 149 milhões destinados ao pagamento de aposentadorias e o montante de R$ 34 milhões para o pagamento de complementação da pensão por morte.

Benefícios pagos PBD		
Aposentadorias	Benefícios por Morte	Total de Benefícios em Manutenção
2.400	821	3.221



BENEFÍCIOS E INSTITUTOS

PCV-I

Durante o exercício a Fundação pagou R$ 226,7 milhões a título de benefícios, sendo R$ 216,8 milhões para o pagamento de aposentadorias e R$ 9,9 milhões a título de Benefícios por Morte. A Portabilidade de recursos de saída para outras entidades de previdência foi de R$ 4,328 mil e a de entrada no Plano chegou a R$ 1,662 mil. Quanto ao pagamento de Resgates contabilizamos R$ 22 milhões no fim de 2017.

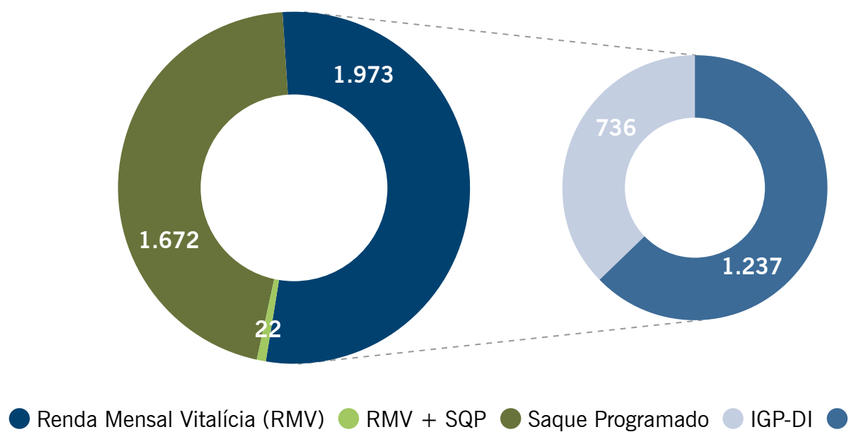
Formas de benefícios pagos aos aposentados do PCV-I

Renda Mensal Vitalícia	Saque Programado	Renda Mensal Vitalícia + Saque Programado	Total de Aposentadorias em Manutenção
1.838	1.625	22	3.485

Formas de benefícios pagos aos beneficiários por morte do PCV-I

Renda Mensal Vitalícia	Saque Programado	Total de Benefícios por Morte em Manutenção
135	47	182

Assistidos PCV-I por tipo de reajuste



GLOSSÁRIO

RENDA MENSAL VITALÍCIA
Modalidade em que o benefício é calculado atuarialmente em função da idade, do sexo, dos recursos acumulados e taxa de juros, e será pago enquanto o Participante viver.

SAQUE PROGRAMADO
Modalidade em que o benefício é calculado em função do percentual escolhido pelo assistido, apurado sobre o seu saldo de contas.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO (Em R$ Mil)

Plano de Benefício Definido - PBD

Segmento de Aplicação	dezembro 2017					dezembro 2016		
	Valores	% Recursos Garantidores	% Alocado	Margem de Alocação (Política de Investimentos)		Valores	% Recursos Garantidores	% Alocado
				Limite MÍNIMO	Limite MÁXIMO			
Renda Fixa	2.760.385	88,75%	88,60%	65%	100%	2.713.465	89,63%	89,37%
Renda Variável	151.493	4,87%	4,86%	0%	18%	118.165	3,90%	3,89%
Imóveis	183.007	5,88%	5,87%	0%	7%	183.987	6,08%	6,06%
Investimentos Estruturados	11.580	0,37%	0,37%	0%	3%	11.637	0,38%	0,38%
Empréstimos e Financiamentos	9.234	0,30%	0,30%	0%	3%	9.028	0,30%	0,30%
Total dos Investimentos	**3.115.699**	**100,17%**	**100,00%**	**-**	**-**	**3.036.282**	**100,29%**	**100,00%**
Depósitos Judiciais	3.973	0,13%	0,13%	-	-	-	0,00%	-
Disponivel	20	0,00%	-	-	-	57	0,01%	-
Valores a Pagar (-)	821	0,03%	-	-	-	769	0,03%	-
Contingência (-)	8.333	0,27%	-	-	-	8.195	0,27%	-
Total dos Recursos Garantidores	**3.110.538**	**100,00%**	**-**	**-**	**-**	**3.027.375**	**100,00%**	**-**

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO (Em R$ Mil)

Plano de Contribuição Variável I - PCV-I

Segmento de Aplicação	dezembro 2017					dezembro 2016		
	Valores	% Recursos Garantidores	% Alocado	Margem de Alocação (Política de Investimentos)		Valores	% Recursos Garantidores	% Alocado
				Limite MÍNIMO	Limite MÁXIMO			
Renda Fixa	4.239.817	95,67%	95,66%	70%	100%	4.071.649	96,19%	96,18%
Renda Variável	156.861	3,54%	3,54%	0%	18%	126.302	2,98%	2,98%
Imóveis	-	0,00%	0,00%	0%	0%	-	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	0,00%	0%	3%	-	0,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	35.471	0,80%	0,80%	0%	4%	35.671	0,84%	0,84%
Total dos Investimentos	**4.432.149**	**100,01%**	**100,00%**			**4.233.622**	**100,02%**	**100,00%**
Depósitos Judiciais	10	0,00%	0,00%	-	-	10	0,00%	0,00%
Disponivel	500	0,01%	-	-	-	226	0,01%	-
Valores a Pagar (-)	781	0,02%	-	-	-	795	0,02%	-
Contingência (-)	-	0,00%	-	-	-	-	0,00%	-
Total dos Recursos Garantidores	**4.431.878**	**100,00%**	**-**	**-**	**-**	**4.233.063**	**100,00%**	**-**

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO (Em R$ Mil)

Plano de Gestão Administrativo - PGA

Segmento de Aplicação	dezembro 2017					dezembro 2016		
	Valores	% Recursos Garantidores	% Alocado	Margem de Alocação (Política de Investimentos)		Valores	% Recursos Garantidores	% Alocado
				Limite MÍNIMO	Limite MÁXIMO			
Renda Fixa	18.970	99,95%	100,00%	100%	100%	15.394	99,93%	100,00%
Total dos Investimentos	**18.970**	**99,95%**	**100,00%**			**15.394**	**99,93%**	**100,00%**
Depósitos Judiciais	2.254	11,88%	11,88%			2.254	14,63%	14,64%
Disponivel	9	0,05%	-	-	-	11	0,07%	-
Valores a Pagar (-)	-	0,00%	-	-	-	-	0,00%	-
Contingência (-)	2.254	11,88%	-	-	-	2.254	14,63%	-
Total dos Recursos Garantidores	**18.979**	**100,00%**	**-**	**-**	**-**	**15.405**	**100,00%**	**-**

MONTANTE DE INVESTIMENTOS POR GESTORES (Em R$ Mil)

Plano de Benefício Definido - PBD

Gestor	dezembro/2017	% s/ Total de Investimentos
Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda	10.132	0,33%
Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	1.247	0,03%
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	201	0,01%
Total Gestão Terceirizada	**11.580**	**0,37%**
TELOS Fundação Embratel de Seguridade Social	3.104.119	99,63%
Total Gestão Própria	**3.104.119**	**99,63%**
Total de Investimentos	**3.115.699**	**100,00%**

MONTANTE DE INVESTIMENTOS POR GESTORES (Em R$ Mil)

Plano de Contribuição Variável I - PCV-I

Gestor	dezembro/2017	% s/ Total de Investimentos
Banco do Brasil Administração de Ativos DTVM S.A. (Telos Renda Fixa Baixo Risco II)	1.160.905	26,19%
Western Asset Management Company DTVM Ltda. (Telos Renda Fixa Baixo Risco I)	686.977	15,50%
J. Safra Asset Management Ltda. (Telos Renda Fixa Médio Risco)	289.098	6,52%
Itaú Asset Management Ltda (Fundo Telos IBrX50 - renda variável)	156.322	3,53%
Total Gestão Terceirizada	**2.293.302**	**51,73%**
TELOS Fundação Embratel de Seguridade Social	2.138.847	48,27%
Total Gestão Própria	**2.138.847**	**48,27%**
Total de Investimentos	**4.432.149**	**100,00%**

Plano de Gestão Administrativo - PGA

Gestor	dezembro/2017	% s/ Total de Investimentos
TELOS Fundação Embratel de Seguridade Social	18.970	100,00%
Total Gestão Própria	**18.970**	**100,00%**
Total de Investimentos	**18.970**	**100,00%**

DESEMPENHO DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

Plano de Benefício Definido - PBD

Segmento	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Meta Atuarial (%)		% da META (Rentabilidade Líquida)	Retorno líquido em ralação ao índice de referência
Renda Fixa	7,09%	6,79%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	169,5%	IGP-DI + 7,25%
Renda Variável	62,61%	62,34%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	1555,3%	IGP-DI + 63,02%
Imóveis	5,62%	5,43%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	135,6%	IGP-DI + 5,88%
Investimentos Estruturados	21,82%	21,60%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	539,0%	IGP-DI + 22,12%
Empréstimos/Financiamentos	6,06%	6,06%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	151,1%	IGP-DI + 6,5%
Global do Plano	**9,25%**	**9,00%**	**4,01%**	**IGP-DI + 4,5% a.a**	**224,6%**	**IGP-DI + 9,46%**

DESEMPENHO DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

Plano de Contribuição Variável I - PCV-I

Segmento	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Objetivo de Gestão / Meta Atuarial (%)		% da META (Rentabilidade Líquida)	Retorno líquido em ralação ao índice de referência
Renda Fixa	8,67%	8,54%	9,95%	100% do CDI	85,8%	CDI - 1,29%
Renda Variável	27,02%	26,82%	26,81%	IBrX50 (F)	100,0%	IBrX50 + 0,006%
Empréstimos/Financiamentos	6,20%	6,03%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	150,4%	IGP-DI + 6,48%
Global do Plano	**9,14%**	**8,99%**				
ATIVOS E ASSISTIDOS EM SAQUE PROGRAMADO						
Renda Fixa						
Telos Renda Fixa Baixo Risco I Fundo de Investimento	10,14%	10,05%	9,95%	100% do CDI	100,9%	CDI + 0,09%
Telos Renda Fixa Baixo Risco II Fundo de Investimento	10,10%	10,01%	9,95%	100% do CDI	100,6%	CDI + 0,06%
Telos Renda Fixa Médio Risco Fundo de investimento	10,56%	10,47%	10,47%	105% do CDI	100,0%	CDI
Renda Variável						
Telos IBrX50 Fundo de investimento em Ações	27,02%	26,82%	26,81%	IBrX-50 (F)	100,0%	IBrX50 + 0,006%
Telos Saque Programado						
Renda Fixa (Telos Renda Fixa Médio Risco Longo Prazo FI)	6,52%	6,33%	10,47%	105% do CDI	60,5%	CDI - 3,75%
Conta Projetada (superávit / coletiva de risco / perda de saldo)						
Renda Fixa (Telos Renda Fixa Médio Risco Longo Prazo FI)	6,52%	6,34%	10,47%	105% do CDI	60,5%	CDI - 3,75%
Conta Coletiva						
Renda Fixa	7,25%	7,07%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	176,3%	IGP-DI + 7,52%
Empréstimos e Financiamentos	6,20%	6,03%	4,01%	IGP-DI + 4,5% a.a	150,4%	IGP-DI + 6,47%
Total Conta Coletiva	**7,23%**	**7,04%**	**4,01%**	**IGP-DI + 4,5% a.a**	**175,7%**	**IGP-DI + 7,49%**

DESEMPENHO DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

Plano de Gestão Administrativo - PGA

Segmento	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Objetivo de Gestão (%)		% da META (Rentabilidade Líquida)	Retorno líquido em ralação ao índice de referência
Renda Fixa (Telos Renda Fixa Médio Risco Longo Prazo FI)	6,52%	6,52%	9,95%	100% do CDI	65,5%	CDI - 3,12%
Global do Plano	**6,52%**	**6,52%**	**9,95%**	**100% do CDI**	**65,5%**	**CDI - 3,12%**

AMAP - Assistencial

Segmento	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Objetivo de Gestão (%)		% da META (Rentabilidade Líquida)	Retorno líquido em ralação ao índice de referência
Renda Fixa (Telos Renda Fixa Médio Risco Longo Prazo FI)	6,75%	6,75%	9,95%	100% do CDI	67,9%	CDI - 2,9%
Global do Programa	**6,75%**	**6,75%**	**9,95%**	**100% do CDI**	**67,9%**	**CDI - 2,9%**

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No quadro é fácil observar a quantidade de empréstimos concedidos no ano e a sua respectiva carteira em 31/12/2017.

Empréstimos concedidos em 2017

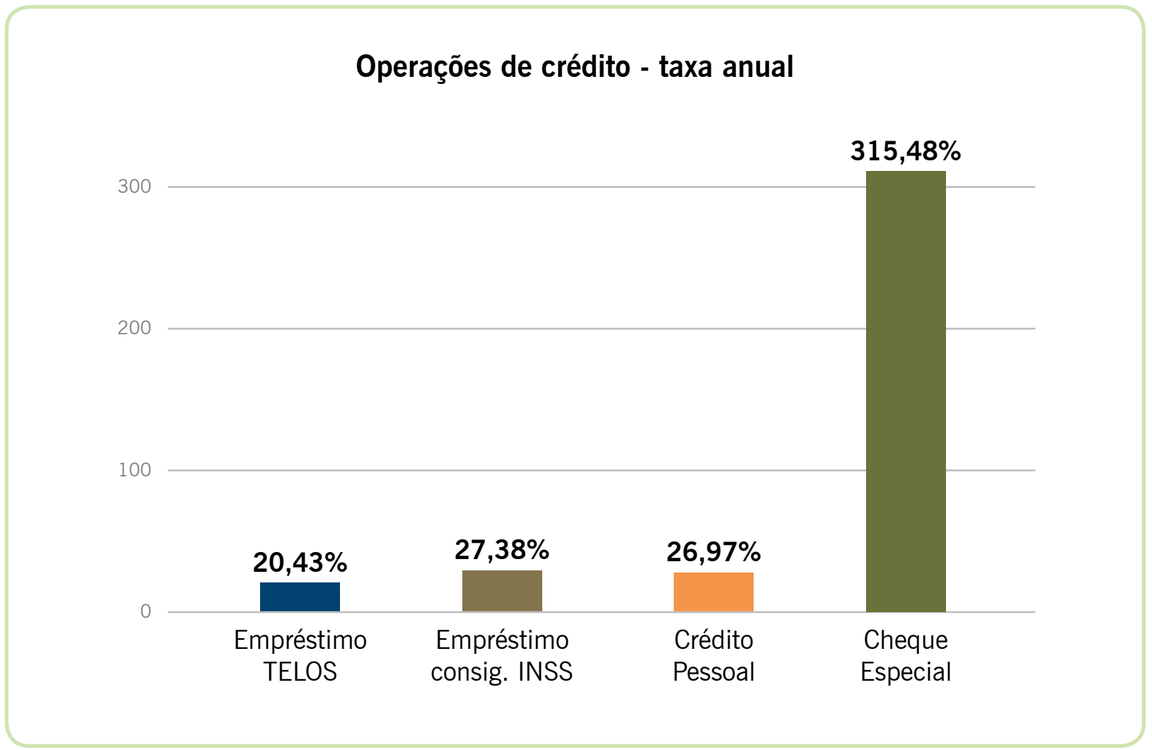
Descrição	Quantidade	R$ (Mil)
Empréstimo Simples - PBD	575	4.508
Empréstimo Simples - PCVI	2.335	18.257
Empréstimo Simples - Total	**2.910**	**22.765**

Carteira de Empréstimo em 31/12/2017

Descrição	Quantidade	R$ (Mil)
Empréstimo Simples - PBD	632	8.721
Empréstimo Simples - PCVI	2.505	31.673
Empréstimo Simples - Total	**3.137**	**40.395**

Operções de crédito - taxa de juros inferior à média do mercado

Comparativo anual revela que a taxa de juros do empréstimo TELOS continua inferior à média praticada no mercado.



ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS NO PCV-I

Em 2017, não ocorreram alterações nas opções de gestores terceirizados para escolha dos Participantes Ativos e Assistidos em Saque Programado. Todos os gestores conseguiram bater suas metas e tiveram bom desempenho quando comparados aos outros gestores disponíveis no mercado.

Fundo	Gestor	Indexador	Nível de risco
TELOS RF BAIXO RISCO I Fundo de Renda Fixa	Western Asset Management	CDI	Baixo
TELOS RF BAIXO RISCO II Fundo de Renda Fixa	BB DTVM	CDI	Baixo
TELOS RF MÉDIO RISCO Fundo de Renda Fixa	J. Safra Asset Management	CDI	Médio
TELOS IBrX-50 Fundo de Renda Variável	Itaú Asset Management	IBrX-50	Muito Alto

Os Participantes Ativos do Plano podem optar por no máximo 60% em Renda Variável, com exceções em decorrência da elegibilidade à aposentadoria:

a) Faltando 2 anos para se tornar elegível à aposentadoria antecipada, o percentual máximo alocado nos fundos de renda variável deverá ser de 20%;

b) Faltando 5 anos para se tornar elegível a aposentadoria normal, esse percentual máximo em renda variável deverá ser reduzido para 10%, sendo esse também o limite máximo após a aposentadoria.

Assistidos em Saque Programado:

Os Participantes Assistidos em Saque Programado também escolhem o seu perfil de investimentos. Além dos fundos disponibilizados para os participantes ativos (listados acima), existe mais uma opção de Renda Fixa disponível aos Assistidos em Saque Programado: O Fundo TELOS Renda Fixa Médio Risco Longo Prazo, cujo gestor é a TELOS.

Rentabilidade

Dada a possibilidade de composição de milhares de diferentes perfis por parte dos Participantes, torna-se inviável a apuração da rentabilidade de cada perfil. Porém, ao considerar o perfil mais conservador possível, com alocação dos investimentos em 100% de renda fixa baixo risco, a rentabilidade obtida foi de 10,05% (Baixo Risco I) e 10,01% (Baixo Risco II), sendo que o CDI no ano foi de 9,95%.

Já no caso do perfil mais arrojado possível, com alocação em 40% em renda fixa médio risco e 60% em renda variável, a rentabilidade foi de 20,28%. Este perfil se beneficiou do desempenho do segmento de Renda Variável que teve mais um ano de forte alta, beneficiado pela elevada liquidez global e a melhora da economia. A agenda política reformista e as perspectivas de continuação da melhora na economia impulsionaram os ganhos na bolsa ao longo do ano de 2017.

No item “investimentos” do site da TELOS em suas versões mobile e clássica, estão disponíveis, mensalmente, as rentabilidades dos fundos selecionados. Na versão clássica (versão desktop) apresentamos o “Boletim Informativo de cada Fundo”. Trata-se de importante material de instrução e informação para os Participantes e Assistidos do Plano TELOS Contribuição Variável -I (PCV-I). Seu conteúdo apresenta a evolução, o histórico e o comparativo das metas de rentabilidade de cada um dos fundos em seus respectivos segmentos.

No momento em que os Participantes realizam suas decisões de perfil de investimento são devidamente avisados dos riscos inerentes aos investimentos, conforme mensagem abaixo.

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO

Não obstante o emprego pelas instituições gestoras de plena diligência e boa prática de gestão, o Participante do PCV-I declara expressamente que tem conhecimento de que os fundos, tanto de renda fixa quanto de renda variável, estão sujeitos aos riscos inerentes às aplicações financeiras e que variam de baixo até muito alto. Declara ainda que a escolha do perfil de investimento é individual e de sua inteira responsabilidade e que a TELOS não poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou por não serem atingidos os resultados esperados.

POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS 2017

O ano de 2017 começou com incertezas geradas pela eleição de Donald Trump nos EUA. No seu primeiro ano, o Governo Trump passou por diversas turbulências na política externa, especialmente com a Coreia do Norte. Porém, no campo econômico, o ano foi mais suave, com a continuidade da recuperação da atividade econômica americana, sem geração de pressão inflacionária, possibilitando uma subida gradual da taxa de juros pelo FED (a autoridade monetária americana). Com isso, a liquidez de recursos financeiros globais permaneceu alta, gerando otimismo e confiança nos mercados, e ajudando os países emergentes que estão em fase de ajustes econômicos, como o Brasil.

Diante deste cenário, o BCB (Banco Central) pôde continuar com sua política de corte de juros, que acabou sendo maior que o mercado antecipava. Esse movimento foi possibilitado pelo comportamento da inflação, que continuou em queda e com as expectativas inflacionárias ancoradas, e o câmbio, que ficou comportado, auxiliado pelo já mencionado cenário global.

O Governo Temer iniciou o ano buscando uma agenda de reformas ampla, como a Reforma Trabalhista e Previdenciária. Porém, devido as graves crises políticas do governo, foi necessário postergar para 2018 a Reforma da Previdência. O governo continua buscando estabilizar as contas públicas, através de um ajuste fiscal, porém, o ano de 2018 será um ano eleitoral, trazendo novas incertezas e volatilidade alta. A inflação terminou o ano em baixa, com o IPCA em 2,95%, o menor valor desde 1998, e a taxa SELIC fechou o ano em 7,00%, o nível mais baixo já registrado.

NO PBD

Com relação ao Plano de Benefício Definido (PBD) da TELOS, por ser um plano maduro, já em fase de amortização, fechado para novas inscrições e com meta atuarial de IGP-DI + 4,5%, este buscava pela sua gestão, segundo a Política de Investimentos de 2017:

- Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 5,00% ao ano em todos os segmentos;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- Aplicar majoritariamente recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.

Tendo em vista tais objetivos, tratando do segmento de renda fixa, a Política de Investimentos de 2017 indicava que a TELOS continuaria o processo de alongamento do prazo da sua carteira de títulos públicos federais indexados pela inflação marcados até o vencimento, assim como de reinvestimento dos recursos recebidos pelos pagamentos de cupons e vencimentos de títulos. Além disso, continuaria avaliando todas as opções no segmento de renda fixa, mas também mantendo postura criteriosa nas suas avaliações de risco.

Sendo assim, no ano de 2017, a TELOS manteve a sua política de investir em ativos atrelados aos índices de preços, mais especificamente, em ativos de longo prazo, com marcação até o vencimento e com taxas de retorno superior à taxa atuarial dos planos. Ainda tratando dos ativos de renda fixa, não foi realizado nenhum investimento em ativos de crédito privado devido à ausência de boas oportunidades e também por conta de uma postura mais conservadora da Fundação diante do cenário turbulento.

Com relação ao segmento de renda variável, a Política de Investimentos de 2017 manteve os limites de alocação para tal segmento, porém, mirando uma redução no segmento, contemplando uma redução da exposição em ativos de menor liquidez. A TELOS reduziu esta exposição, aproveitando oportunidades ao longo do ano.

A TELOS continuou buscando oportunidades no segmento de investimentos estruturados em 2017, desde que proporcionassem boa relação de retorno e risco para o Plano, acreditando que esse segmento abrigasse boas oportunidades; e também, manteve o seu limite de alocação do ano anterior para o segmento de imóveis. Porém, diante do já citado cenário econômico conturbado e a ausência de boas oportunidades, a TELOS optou por uma gestão mais conservadora e não destinou mais recursos a estes tipos de investimentos no ano.

NO PCV-I

Como o Plano TELOS Contribuição Variável (PCV-I) é um Plano misto, também conhecido como híbrido, os objetivos de gestão dos recursos são diferenciados em dois grupos:

- para as reservas dos participantes ativos e assistidos que optaram pela modalidade de Saque Programado como forma de recebimento do benefício
- para as reservas dos Assistidos em Renda Mensal Vitalícia.

Objetivo de Gestão dos Ativos e Assistidos em Saque Programado

Conforme descrito anteriormente, na fase de capitalização e no Saque Programado, é possível alocar as reservas no segmento de renda fixa e ou renda variável conforme sua escolha, de acordo com as restrições existentes e com cada seguimento buscando

superar os respectivos índices de referência.

Para este grupo, segundo a Política de Investimentos do PCV-I, o segmento de renda fixa buscava uma rentabilidade de 100% do CDI e o de renda variável uma rentabilidade atrelada ao índice IBRx-50, da Bolsa de Valores de São Paulo.

Lembramos que a TELOS monitora continuamente o desempenho dos gestores dos fundos terceirizados. Anualmente é feita uma avaliação formal destes gestores e caso não estejam cumprindo suas metas, podem ser substituídos por outros como já aconteceu em anos anteriores.

Objetivo de Gestão dos Assistidos em Renda Mensal Vitalícia

Com relação à gestão das reservas dos participantes assistidos em renda vitalícia, que apresentava meta atuarial de IGP-DI + 4,50%, a TELOS buscava pela sua gestão, de acordo com a Política de Investimentos de 2017:

- Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 5,00% ao ano em todos os segmentos;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- Aplicar recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.
- Ajustar o fluxo de recebimento de contribuições acrescidas das receitas financeiras, com o pagamento dos proventos.

No segmento de renda fixa, a Política de Investimentos de 2017 indicava que a TELOS permaneceria com o processo de alongamento do prazo da sua carteira de títulos públicos federais indexados pela inflação marcados até o vencimento, assim como de reinvestimento dos recursos recebidos pelos pagamentos de cupons e vencimentos de títulos. Além disso, continuaria avaliando todas as opções no segmento de renda fixa, mas também mantendo postura criteriosa nas suas avaliações de risco.

Sendo assim, no ano de 2017, a TELOS manteve a sua política de investir em ativos atrelados aos índices de preços, mais especificamente, em ativos de longo prazo, com marcação até o vencimento e com taxas de retorno superior à taxa atuarial dos planos. Ainda tratando dos ativos de renda fixa, não foi realizado nenhum investimento em ativos de crédito privado nos fundos geridos internamente, devido à ausência de boas oportunidades e também por conta de uma postura mais conservadora da fundação diante do cenário turbulento.

Em 2017, a TELOS manteve inalterada sua meta para renda variável, com ligeiro aumento no alvo, contemplando apenas a expectativa de valorização dos ativos já em carteira, dado que não havia a intenção de realizar novos investimentos no segmento.

Como nos anos anteriores, a TELOS continuou buscando oportunidades no segmento de investimentos estruturados em 2017, desde que proporcionassem boa relação de retorno e risco para o Plano, acreditando que esse segmento abrigasse boas oportunidades. Porém, diante ao já citado cenário econômico conturbado e a ausência de boas oportunidades, a TELOS optou por uma gestão mais conservadora e não destinou mais recursos a este tipo de segmento no ano. Também não realizou investimentos no segmento de imóveis, em linha com o indicado na Política de Investimentos, que citava não haver novos investimentos previstos para o ano.

GESTÃO ATUARIAL

SITUAÇÃO ATUARIAL DOS PLANOS

Passivo Atuarial

O Passivo Atuarial corresponde ao conjunto de obrigações de um plano para com seus participantes e assistidos.

Premissas Atuariais

São os parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados pelo atuário na elaboração da avaliação atuarial, adequados às características do conjunto de Participantes, das empresas Patrocinadoras e ao Regulamento do Plano de Benefícios, bem como a legislação vigente e as variáveis macroeconômicas.

As premissas atuariais consideradas nos planos administrados pela TELOS são as seguintes:

Hipóteses econômicas e financeiras	PCV-I	PBD
Taxas de juros	6,0% ao ano ou 4,5% ao ano ou 3% ao ano, dependendo da opção pela forma de reajuste, data da concessão e da elegibilidade	4,5% ao ano
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (*)	100%	98,01063%
Crescimento real dos benefícios	0%	0%
Crescimento real dos benefícios do INSS	Não se aplica	0%
Crescimento real dos salários	0%	Não se aplica

(*) A adoção de um **fator de determinação** reflete a expectativa de inflação anual. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Hipóteses biométricas e demográficas	PCV-I	PBD
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Básica, segregada por sexo	• Grupo de Custeio 1: AT-2000 Básica suavizada em 10%, segregada por sexo • Grupo de Custeio 2 (Pecúlio Complementar): UP-1994, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-1958	CSO-1980
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Não se aplica
Tábua de rotatividade	Nula	Não se aplica
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade da aposentadoria normal	Não se aplica
Família de pensionistas	A real composição familiar cadastrada é utilizada na concessão de benefícios com reversão para benefício por morte	Para o benefício de pensão de aposentado e de ativo: - 80% dos participantes são casados; - Cônjuges femininos 5 anos mais novos; - Conjuges masculinos 2 anos mais velhos. Para o benefício de pensão: - A real composição familiar

Regimes financeiros e métodos de financiamento

Para mensurar as obrigações com os assistidos que recebem benefício na forma de renda mensal vitalícia é usado regime financeiro de capitalização pelo método prospectivo, com base em suas informações individuais.

O regime financeiro de capitalização e o método de capitalização financeira são adotados em relação aos recursos dos participantes ativos do PCV-I, por ser um plano de contribuição definida na fase de acumulação, e também é adotado para os recursos dos assistidos optantes pela forma de saque programado para recebimento de benefícios, uma vez que seus recursos permanecem individualizados.

O regime financeiro de capitalização e o método agregado é adotado para avaliação da taxa de custeio para financiamento do Saldo de Conta Projetada. Neste método, o custo é nivelado, igual ao valor atual dos benefícios futuros de todos os participantes, líquidos das contribuições futuras e não coberto pelo patrimônio, e dividido pelo valor atual dos salários futuros de todos os participantes.

Esses regimes e métodos de financiamento são os mesmos adotados desde a implantação dos Planos e estão perfeitamente adequados às suas características e à legislação vigente.

Principais Riscos Atuariais dos Planos

Risco Atuarial pode ser definido como o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem ou que se revelem pouco aderentes à massa de participantes e ainda o risco decorrente do uso de metodologias que se mostrem inadequadas às características do Plano.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 dos Planos administrados pela TELOS foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, em conformidade com a legislação vigente.

PCV-I

O principal risco atuarial deste Plano é o de longevidade dos assistidos que recebem benefício na forma de renda mensal vitalícia.

Anualmente, através de estudo estatístico, a Entidade monitora a evolução das massas de assistidos em confronto com a massa esperada pela tábua biométrica adotada na última avaliação atuarial do Plano com o objetivo de mostrar que a tábua de mortalidade utilizada representa à realidade do nosso grupo.

Vale salientar que, com base no estudo de aderência realizado em 2017, foi considerada viável a manutenção das tábuas biométricas e demográficas.

Outro risco a que o Plano está sujeito é o de não cumprimento da meta atuarial (índice de referência, como trata a política de investimentos).

A administração da Telos realiza acompanhamento periódico, através de *Liability Driven Investment* (LDI), da alocação dos ativos do Plano, adotando vários cenários macroeconômicos.

Com base nos estudos de LDI realizados em 2017, pode-se constatar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores, não apresentando nenhum problema de liquidez ao longo do tempo.

PBD

O principal risco atuarial deste Plano é o de longevidade dos assistidos.

Anualmente, através de estudo estatístico, a Entidade monitora a evolução das massas de assistidos em confronto com a massa esperada pela tábua biométrica adotada na última avaliação atuarial do Plano com o objetivo de mostrar que a tábua de mortalidade utilizada representa à realidade do nosso grupo.

Vale salientar que, com base no estudo de aderência realizado em 2017, foi considerada viável a manutenção das tábuas biométricas e demográficas.

Outro risco a que o Plano está sujeito é o de não cumprimento da meta atuarial (IGP-DI + 4,5% ao ano).

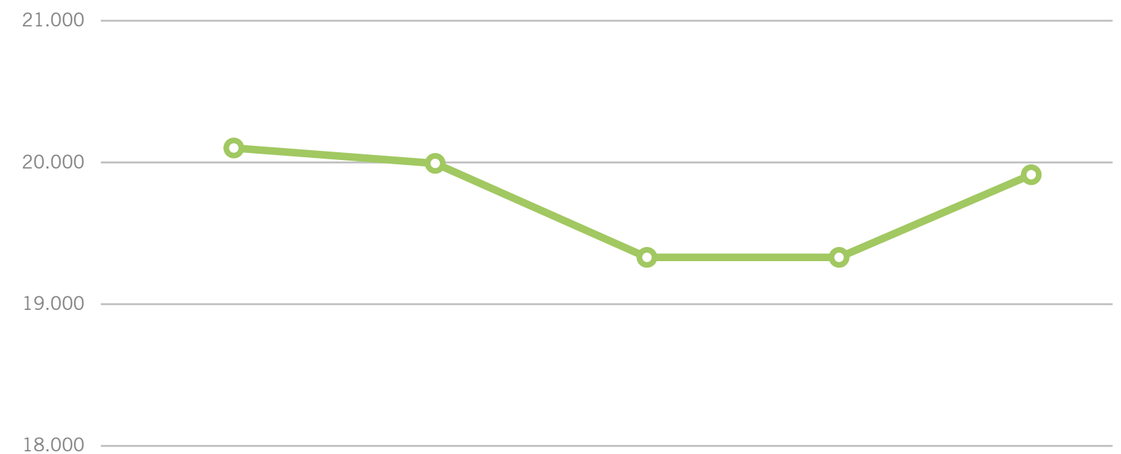
A administração da Telos realiza acompanhamento periódico, através de *Liability Driven Investment* (LDI), da alocação dos ativos do Plano, adotando vários cenários macroeconômicos.

Com base nos estudos de LDI realizados em 2017, pode-se constatar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores, não apresentando nenhum problema de liquidez ao longo do tempo.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Considerando a variação do IPCA acumulado, as despesas administrativas da TELOS tiveram um incremento real de 3,10% de 2016 para 2017.

Despesas Administrativas em valores de 2017 (s/ Assistencial)
(pelo IPCA - R$ mil)



	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas	20.095	19.991	19.314	19.308	19.908

O aumento das despesas administrativas é referente as despesas de PIS/COFINS decorrente de novas receitas para o PGA, que constituem-se como base recorrente para tributação. Tais receitas foram criadas, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação, dado o nível do saldo dos Fundos Administrativos dos planos. As duas novas fontes de custeio para as despesas administrativas previdenciais são: A cobrança de Taxa de Administração anual de 0,164% sobre o montante dos Recursos Garantidores do Plano PBD; e no Plano PCV-I, 80% dos novos recursos creditados no Fundo de Perda de Saldo, provenientes do valor remanescente dos resgates e portabilidades efetuados durante o ano.

O adequado acompanhamento das despesas administrativas é requisito para a manutenção de equilíbrio operacional na gestão dos planos de benefícios operados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Custos da Administração de Recursos

As despesas com atividades de administração dos investimentos totalizaram, em 2017, R$ 15.001 mil, representando cerca de 0,20% do total do patrimônio investido da Fundação. Do valor despendido, R$ 10.438 mil correspondem às despesas internas da TELOS e, R$ 4.563 mil são referentes às despesas com a administração de recursos feita por terceiros.

Custos Totais (acumulados) - dez/2017 (Em R$ Mil)

Descrição	PBD	PCV-I	AMAP e PGA	Total (R$)	%
Adm. Interna (Custeio)	5.135	5.285	0	10.438	69,58%
Adm. e Gestão Externa	1.228	3.322	13	4.563	30,42%
Taxa Administração (externa)	190	1.827	1	2.019	13,46%
Desp. Jurídicas	1	0	0	1	0,01%
Corretagem (BMF&Bovespa e Tx Per.)	532	418	5	955	6,37%
Taxa Fiscalização CVM	67	285	3	355	2,36%
Taxa SELIC	76	113	1	190	1,26%
Custódia	186	274	1	462	3,08%
Taxa CETIP	149	321	2	471	3,14%
Auditoria Contábil	16	48	1	66	0,44%
Outras Despesas	10	35	0	45	0,30%
TOTAL	**6.380**	**8.607**	**13**	**15.001**	**100,00%**

Composição do Patrimônio Administrado pela TELOS

Mais uma vez a gestão sólida e de longo prazo (privilegiando a segurança e solidez) mostrou-se eficiente no último exercício.

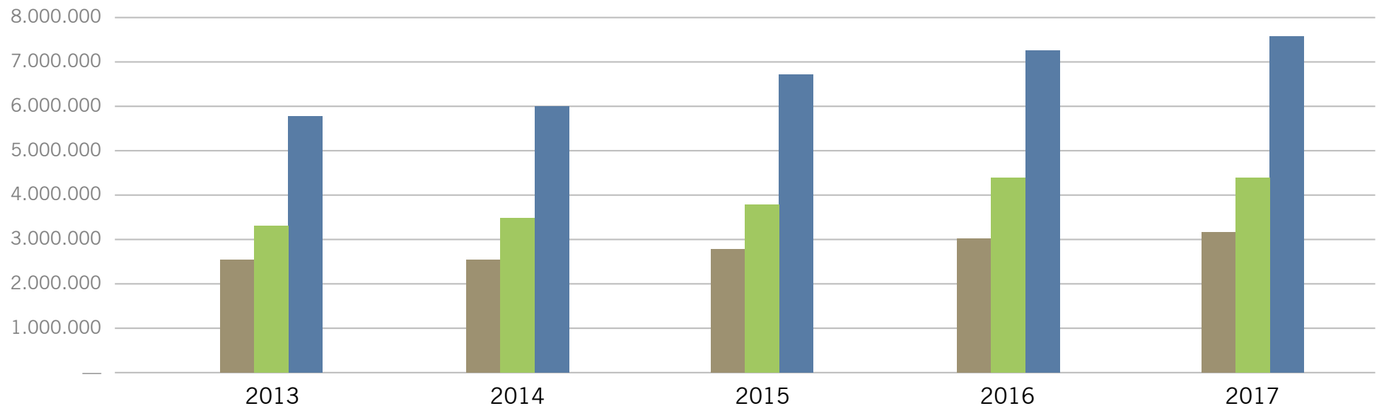
O resultado significativo do ano é verificado no desempenho dos investimentos, os quais representaram uma receita de R$ 647.018 mil, sendo R$ 270.526 mil do PBD, R$ 375.381 mil do PCV-I e R$ 1.111 mil da Gestão Administrativa. Este resultado representa uma rentabilidade global de 9,00% no PBD, 8,99% no PCV-I e 6,52% na Gestão Administrativa.

Adicionalmente, em 2017 registramos superávit no Plano de Benefício Definido (PBD) de R$ 220.110 mil e no Plano Telos Contribuição Variável - I (PCV-I) de R$ 21.279 mil.

Com esse compromisso a TELOS mantém sua política de buscar retornos constantes, respeitando limites toleráveis de risco e preservando o aspecto financeiro e atuarial ao longo do tempo.

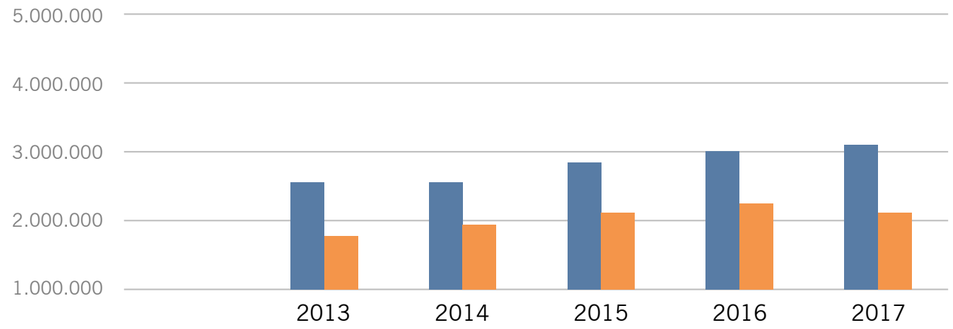
No gráfico abaixo apresentamos o aumento do Patrimônio:

Evolução do Patrimônio



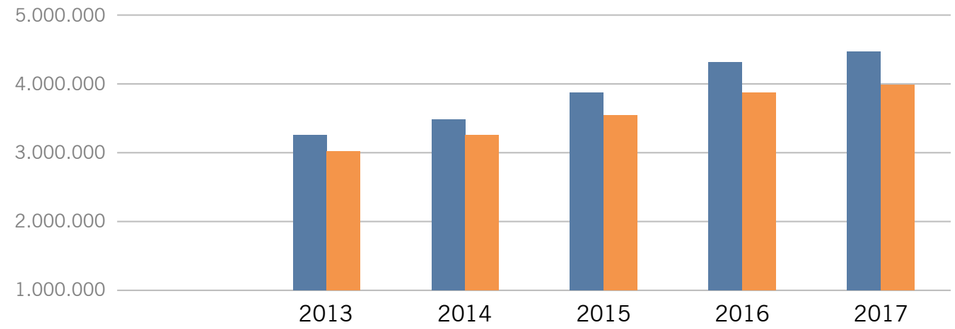
	2013	2014	2015	2016	2017
PBD	2.529.362	2.537.569	2.835.009	3.026.336	3.109.161
PCV-I	3.248.575	3.464.597	3.834.755	4.258.931	4.450.101
Total	5.777.937	6.002.166	6.669.764	7.285.266	7.559.262

Equilíbrio do PBD



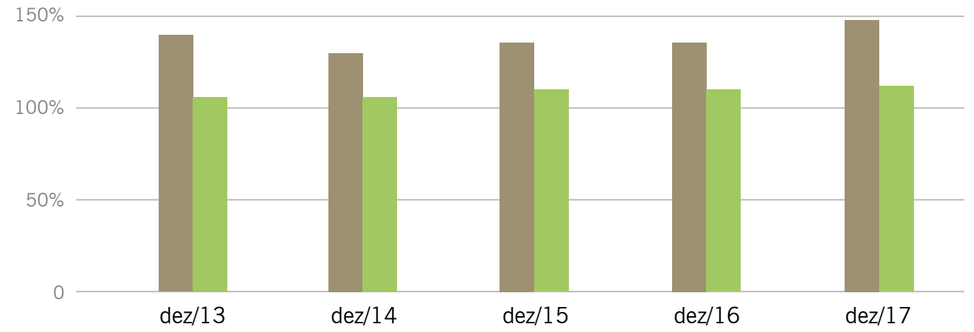
	2013	2014	2015	2016	2017
Patrimônio	2.529.362	2.537.569	2.835.009	3.026.336	3.109.161
Provisões Matemáticas	1.827.709	1.947.679	2.097.933	2.243.370	2.109.684

Equilíbrio do PCV-I



	2013	2014	2015	2016	2017
Patrimônio	3.248.575	3.464.597	3.834.755	4.258.931	4.450.101
Provisões Matemáticas	3.037.643	3.210.838	3.518.548	3.868.019	3.946.192

Nível de Cobertura das Provisões Matemáticas



	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
PBD	138,39%	130,29%	135,13%	134,90%	147,38%
PCV-I	106,94%	107,90%	108,99%	110,11%	112,77%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS & NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS (CONSOLIDADOS)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Disponível		**529**	**295**
Realizável			
Gestão previdencial	4	45.630	53.695
Gestão administrativa	5	7.017	9.348
		52.647	63.043
Investimentos	6		
Títulos Públicos		473	431
Créditos privados e depósitos		7	7
Ações		151.493	118.165
Fundos de investimentos		7.187.132	6.938.008
Investimentos imobiliários		183.007	183.987
Empréstimos e Financiamentos		44.705	44.699
Depósitos Judiciais/Recursais		6.237	2.264
		7.573.054	7.287.561
		7.625.701	7.350.604
Permanente			
Imobilizado		1.098	1.051
Gestão assistencial	**10**	11.920	11.490
Total do ativo		**7.639.248**	**7.363.440**

Passivo	Nota	2017	2016
Exigível operacional			
Gestão previdencial		11.421	7.621
Gestão administrativa		7.620	6.819
Investimentos		69	1.564
		19.110	16.004
Exigível contingencial	**7.1**		
Gestão previdencial		32.440	34.301
Gestão administrativa		5.930	5.930
Investimentos		10.587	10.449
		48.957	50.680
Patrimônio social	**8**		
Patrimônio de cobertura do plano:			
Provisões matemáticas:			
Benefícios concedidos		4.410.073	4.430.289
Benefícios a conceder		1.645.803	1.681.100
		6.055.876	6.111.389
Equilíbrio técnico	**8(d)**		
Resultados realizados:			
Superávit técnico acumulado		1.221.666	983.244
Fundos	**8(e)**		
Fundos previdenciais		262.642	174.954
Fundos administrativos		16.026	13.054
Fundos dos investimentos		3.051	2.625
		281.719	190.633
		7.559.261	7.285.266
Gestão assistencial	**10**	11.920	11.490
Total do passivo		**7.639.248**	**7.363.440**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS

Plano de Benefício Definido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Ativos			
Disponível	20	57	-64,91%
Recebível	14.957	13.118	14,02%
Investimento	3.119.672	3.036.281	2,75%
Títulos Públicos	473	431	9,74%
Créditos privados e depósitos	7	7	0,00%
Ações	151.493	118.165	28,20%
Fundos de investimento	2.771.484	2.724.663	1,72%
Investimentos imobiliários	183.007	183.987	-0,53%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	9.233	9.028	2,27%
Depósitos Judiciais/Recursais	3.975	-	100,00%
	3.134.649	3.049.456	2,79%
Obrigações			
Operacional	7.945	4.398	80,65%
Contingencial	17.543	18.724	-6,31%
	25.488	23.122	10,23%
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	8.492	7.187	18,16%
Fundos dos investimentos	624	539	15,77%
	9.116	7.726	17,99%
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	2.109.684	2.243.370	-5,96%
Superávit técnico	968.174	751.030	28,91%
Fundos previdenciais	22.187	24.209	-8,35%
	3.100.045	3.018.609	2,70%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
Equilíbrio Técnico	968.174	751.030	28,91%
Ajuste de Precificação (*)	359.534	399.024	-9,90%
Equilíbrio Técnico Ajustado	1.327.708	1.150.054	15,45%

Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Ativos			
Disponível	500	226	121,24%
Recebível	46.699	53.631	-12,93%
Investimento	4.432.159	4.233.632	4,69%
Fundos de investimento	4.396.678	4.197.951	4,73%
Empréstimos e Financiamentos	35.471	35.671	-0,56%
Depósitos Judiciais/Recursais	10	10	0,00%
	4.479.358	4.287.489	4,48%
Obrigações			
Operacional	6.027	4.786	25,93%
Contingencial	23.230	23.772	-2,28%
	29.257	28.558	2,45%
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	7.533	5.867	28,40%
Fundos dos investimentos	2.427	2.086	16,35%
	9.960	7.953	25,24%
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	3.946.192	3.868.019	2,02%
Superávit técnico	253.493	232.213	9,16%
Fundos previdenciais	240.455	150.744	59,51%
	4.440.140	**4.250.976**	**4,45%**
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
Equilíbrio Técnico	253.491	232.213	9,16%
Ajuste de Precificação (*)	253.857	267.247	-5,01%
Equilíbrio Técnico Ajustado	507.348	499.460	1,58%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

* Dados de 2016 incluídos somente para fins de comparabilidade

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (CONSOLIDADAS)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Patrimônio Social - Início do exercício	7.285.266	6.669.764	9,23%
Adições			
Contribuições Previdenciais	74.627	80.484	-7,28%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	645.907	937.997	-31,14%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	809	2.908	
Receitas Administrativas	23.988	21.649	10,80%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.111	1.753	-36,62%
Constituição de Fundos	426	457	-6,78%
	746.868	1.045.248	-28,55%
Destinações			
Benefícios	(450.744)	(408.938)	10,22%
Despesas Administrativas	(22.127)	(20.808)	6,34%
	(472.871)	**(429.746)**	**10,03%**
Acréscimo no Ativo Líquido			
Provisões Matemáticas	(55.512)	494.909	-111,22%
Fundos Previdenciais	87.689	(51.318)	-270,87%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	238.422	168.860	41,20%
Fundos Administrativos	2.971	2.594	14,53%
Fundos dos Investimentos	426	457	-6,78%
	273.996	615.502	-55,48%
Patrimônio Social - Final do exercício	**7.559.262**	**7.285.266**	**3,76%**
Gestão Assistencial			
Receitas Assistenciais	54.048	51.842	4,26%
Despesas Assistenciais	(54.048)	(51.842)	4,26%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS

Plano de Benefício Definido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	3.018.610	2.829.227	6,69%
Adições			
Contribuições	1.649	1.690	-2,43%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	270.526	364.912	-25,87%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	693	2.702	100,00%
	272.868	369.304	-26,11%
Destinações			
Benefícios	(191.433)	(179.922)	6,40%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	0
	(191.433)	(179.922)	6,40%
Acréscimo no Ativo Líquido			
Provisões Matemáticas	(133.685)	145.437	-191,92%
Fundos Previdenciais	(2.023)	(72.269)	-97,20%
Superávit (Déficit) técnico do exercício	217.143	116.214	86,85%
	81.435	189.382	-57,00%
Ativo Líquido - Final do exercício	**3.100.045**	**3.018.609**	**2,70%**
Fundos não Previdenciais			
Fundos Administrativos	8.492	7.187	18,16%
Fundos dos Investimentos	624	539	15,77%
	9.116	7.726	17,99%

Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	4.250.977	3.827.909	11,05%
Adições			
Contribuições	72.977	78.794	-7,38%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	375.381	573.084	-34,50%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	116	206	100,00%
	448.474	652.084	-31,22%
Destinações			
Benefícios	(259.311)	(229.016)	13,23%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	0
	(259.311)	(229.016)	13,23%
Acréscimo no Ativo Líquido			
Provisões Matemáticas	78.173	349.471	-77,63%
Fundos Previdenciais	89.711	20.951	328,19%
Superávit (Déficit) técnico do exercício	21.279	52.646	-59,58%
	189.163	423.068	-55,29%
Ativo Líquido - Final do exercício	**4.440.140**	**4.250.977**	**4,45%**
Fundos não Previdenciais			
Fundos Administrativos	7.533	5.867	28,40%
Fundos dos Investimentos	2.427	2.086	16,35%
	9.960	7.953	25,24%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADAS)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.054	10.460	24,80%
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.797	9.198	6,51%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	641	548	16,97%
Receitas Diretas	166	444	-62,61%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.111	1.753	-36,62%
Reembolso da Gestão Assistencial	2.220	2.143	3,59%
Outras Receitas	11.164	9.317	100,00%
	25.099	23.403	7,25%
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Pessoal e encargos	5.624	5.253	7,06%
Treinamentos/congressos e seminários	18	10	80,00%
Viagens e estadias	19	20	-5,00%
Serviços de terceiros	1.430	1.397	2,36%
Despesas gerais	602	592	1,69%
Depreciações e amortizações	132	102	29,41%
Tributos	1.336	1.249	6,97%
	9.161	8.623	6,24%
Administração dos Investimentos			
Pessoal e encargos	7.498	6.883	8,94%
Treinamentos/congressos e seminários	32	16	100,00%
Viagens e estadias	25	25	0,00%
Serviços de terceiros	1.680	1.661	1,14%
Despesas gerais	764	765	-0,13%
Depreciações e amortizações	169	131	29,01%
Tributos	271	266	1,88%
	10.439	9.747	7,10%
Administração Assistencial			
Despesas Administrativas	2.220	2.143	3,59%
	2.220	2.143	3,59%
Outras Despesas	308	297	3,70%
Insuficiência da Gestão Administrativa	2.971	2.593	14,58%
Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	**2.971**	**2.593**	**14,58%**
Fundo Administrativo do Exercício Atual	**16.025**	**13.053**	**22,77%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano de Benefício Definido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.186	5.383	33,49%
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.153	4.761	8,23%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	70	-100,00%
Receitas Diretas	79	217	-63,59%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	591	890	-33,60%
Outras Receitas	5.101	4.965	100,00%
	10.924	10.903	0,19%
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Despesas comuns	3.786	3.609	4,90%
Despesas específicas	534	514	3,89%
Viagens e estadias	3	2	50,00%
Serviços de terceiros	162	161	0,62%
Despesas gerais	12	-	0,00%
Tributos	357	351	1,71%
	4.320	**4.123**	**4,78%**
Administração dos Investimentos			
Despesas comuns	4.989	4.662	7,01%
Despesas específicas	163	169	-3,55%
Viagens e estadias	3	3	0,00%
Serviços de terceiros	38	46	-17,39%
Despesas gerais	2	-	0,00%
Tributos	120	120	0,00%
	5.152	4.831	6,64%
Outras Despesas	**146**	**145**	**0,69%**
Insuficiência da Gestão Administrativa	1.306	1.804	-27,61%
Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	**1.306**	**1.804**	**-27,61%**
Fundo Administrativo do exercício atual	**8.492**	**7.187**	**18,16%**

Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.868	5.077	15,58%
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.644	4.437	4,67%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	641	478	34,10%
Receitas Diretas	87	227	-61,67%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	520	863	-39,75%
Outras Receitas	6.063	4.352	39,32%
	11.955	10.357	15,43%
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Despesas comuns	4.195	3.906	7,40%
Despesas específicas	648	595	8,91%
Viagens e estadias	3	1	200,00%
Serviços de terceiros	241	270	-10,74%
Despesas gerais	2	1	100,00%
Tributos	402	323	24,46%
	4.843	**4.501**	**7,60%**
Administração dos Investimentos			
Despesas comuns	5.134	4.765	7,74%
Despesas específicas	151	149	1,34%
Viagens e estadias	3	1	200,00%
Serviços de terceiros	26	27	-3,70%
Despesas gerais	2	1	100,00%
Tributos	120	120	0,00%
	5.285	4.914	7,55%
Outras Despesas	**162**	**152**	**6,58%**
Insuficiência da Gestão Administrativa	1.665	790	110,76%
Reversão do Fundo Administrativo	**1.665**	**790**	**110,76%**
Fundo Administrativo do exercício atual	**7.533**	**5.867**	**28,40%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano de Benefício Definido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Provisões Técnicas	3.126.157	3.042.271	2,76%
Provisões Matemática	2.109.684	2.243.370	-5,96%
Benefício Concedido	2.107.777	2.241.643	-5,97%
Benefício Defindo	2.107.777	2.241.643	-5,97%
Benefício a Conceder	**1.907**	**1.727**	**10,42%**
Benefício Defindo	1.907	1.727	10,42%
Equilibrio Técnico	968.174	751.030	28,91%
Resultado Realizados	968.174	751.030	28,91%
Superavit Técnico Acumulado	968.174	751.030	28,91%
Reserva de Contingência	401.051	433.643	-7,52%
Reserva para Revisão de Plano	567.123	317.387	78,69%
Fundos	22.811	24.748	-7,83%
Fundos Previdenciais	22.187	24.209	-8,35%
Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	624	539	15,77%
Exigível Operacional	**7.945**	**4.398**	**80,65%**
Gestão Previdencial	7.124	3.629	96,31%
Investimento - Gestão Previdencial	821	769	6,76%
Exigível Contingêncial	17.543	18.724	-6,31%
Gestão Previdencial	9.210	10.529	-12,53%
Investimento - Gestão Previdencial	8.333	8.195	1,68%

Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Var %
Provisões Técnicas	4.479.359	4.281.623	4,62%
Provisões Matemática	3.946.192	3.868.020	2,02%
Benefício Concedido	2.302.296	2.188.646	5,19%
Contribuição Definida	773.818	656.252	17,91%
Benefício Defindo	1.528.478	1.532.394	-0,26%
Benefício a Conceder	1.643.896	1.679.374	-2,11%
Contribuição Definida	1.643.896	1.679.374	-2,11%
Saldo de Contas - parcela patrocinadores	642.956	700.379	-8,20%
Saldo de conta - parcela participante Benefício Definido	1.000.940	978.995	2,24%
Equilibrio Técnico	253.493	232.214	9,16%
Resultado Realizados	253.493	232.214	9,16%
Superavit Técnico Acumulado	253.493	232.214	9,16%
Reserva de Contingência	253.493	232.214	9,16%
Fundos	250.416	152.830	63,85%
Fundos Previdenciais	240.455	150.744	59,51%
Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.961	2.086	377,52%
Exigível Operacional	6.027	4.787	25,90%
Gestão Previdencial	5.246	3.992	31,41%
Investimento - Gestão Previdencial	781	795	-1,76%
Exigível Contingêncial	23.230	23.772	-2,28%
Gestão Previdencial	23.230	23.772	-2,28%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (TELOS, Fundação ou Entidade) é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída em 1º de agosto de 1975 pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), por prazo indeterminado, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social por intermédio, respectivamente, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Secretaria de Política de Previdência Complementar (SPPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e das Resoluções específicas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 23 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.154 criou a PREVIC, autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável pela fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar. As competências atribuídas a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) foram automaticamente transferidas para PREVIC.

O CNPC, que exerce a função de órgão regulador do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar é a atual denominação do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

As legislações publicadas pela SPC e CGPC continuam vigentes.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a TELOS tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social para os empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores.

Até 31 de dezembro de 1998, a TELOS oferecia somente o Plano de Benefício Definido (PBD), adotando o regime de capitalização em suas avaliações atuariais e na determinação das provisões matemáticas.

Em novembro de 1998, a TELOS efetivou a reformulação do seu estatuto e criou o Plano de Contribuição Definida (PCD), o qual foi aprovado pela SPC por meio de ofício nº 837/SPC/CGOF/COJ. Até 31 de Dezembro de 1998, os participantes puderam migrar do PBD para o PCD, e,

a partir de 1º de janeiro de 1999 as inscrições de novos participantes passaram a ser realizadas somente no âmbito do PCD.

Em 1º de abril de 2014, passou a vigorar a nova denominação - Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I) em substituição a denominação Plano de Contribuição Definida (PCD), atendendo a proposta de alteração do Conselho Deliberativo da TELOS apresentada em 07 de janeiro de 2014 e a recomendação da própria PREVIC de adequação do nome, na forma estabelecida na Resolução nº 16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, emitida em 2005. Importante ressaltar que esta alteração diz respeito apenas ao nome do Plano. Todas as características, direitos e obrigações previstas no Plano continuam as mesmas.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc aprovou o Convênio de Adesão firmado entre a EMBRATEL e a TELOS. Com isso a CLARO S.A. ("Claro"), incorporadora da EMBRATEL, passou a figurar como Patrocinadora principal da TELOS. No Plano PBD o Convênio de Adesão passou a vigorar a partir de 13 de março de 2015, e no PCV-I passou a vigorar a partir de 31 de dezembro de 2014.

A partir da Lei nº 109/01, as entidades fechadas de previdência complementar que já prestassem serviços assistenciais de saúde aos seus participantes e assistidos poderiam continuar a fazê-lo. Desta forma, a TELOS manteve a Administração do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas - AMAP destinado aos assistidos do Plano de Benefício Definido, assim como seus dependentes e pensionistas, na forma prevista no seu regulamento.

A TELOS é uma entidade multipatrocinada e multiplano e, atualmente, possui dois tipos de planos previdenciais que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc com os seguintes patrocínios:

Total de Participantes

Planos de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Plano de Benefício Definido (PBD)	1988.0011-29	Benefício Definido	• Claro S.A.; • TELOS.	3	2.400	821
Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I)	1988.0066-38	Contribuição Variável	• Claro S.A.; • Star One S.A.; • Telmex do Brasil S.A.; • Primesys Soluções Empresariais S.A.; • Tv Sat Telecomunicações Ltda.; • Americel S.A.; • Instituto Net Claro Embratel **(a)**; • TELOS.	6.795	3.485	182

(a) Em 03 de fevereiro de 2017, pelo processo de licenciamento automático da PREVIC, conforme disposto na Instrução PREVIC nº 17/2014 que estabelece as condições para o licenciamento automático na autorização para a aplicação imediata de regulamentos de planos de benefícios, de convênios de adesão e suas alterações, o Instituto Net Claro Embratel passou a ser Patrocinador do PCV-I.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração da TELOS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e às disposições legais aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanço patrimonial:** de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS):** de forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL):** por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL):** por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):** por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a TELOS opera.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31 de janeiro de 2018.

Em 14 de fevereiro de 2018 a PREVIC alterou a DPAP - Planilha Cálculo Duração do Passivo e Ajuste de Precificação enviada anteriormente às EFPC. Consequentemente a nota 11 - Ajustes de precificação, foi alterada de forma a refletir os valores dos ajustes.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Fundação para elaboração das Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

a. Premissas e estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas ou estimativas por parte da Administração são provisões para perdas em investimentos, exigível contingencial, provisões matemáticas e fundos previdenciais, e sua liquidação poderá resultar em valores divergentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

b. Registro Contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

c. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as receitas de contribuições dos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

d. Gestão previdencial - realizável

Representado, substancialmente, pelo contrato de dívida com a Patrocinadora Claro S.A. atualizado até a data do balanço pelos índices fixados em contrato, contas a receber da patrocinadora Claro S.A., Telos, Star One S.A., Telmex do Brasil S.A., Primesys Soluções Empresariais S.A, Tv Sat Telecomunicações Ltda., Americel S.A e Instituto Net Claro Embratel (veja Nota Explicativa nº 5) e depósitos judiciais.

e. Investimentos

A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por plano de benefícios.

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a Administração julga necessária, é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

e.1. Créditos privados e fundos de investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria “Títulos para negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado.

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e.1.1 Fundos de investimento

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

As operações compromissadas presentes na carteira dos fundos de investimento são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração.

e.1.2 Títulos públicos

Os títulos públicos federais são ajustados ao valor de mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as projeções de taxas de juros divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos públicos federais mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data de aquisição, deduzido das amortizações e juros recebidos, quando aplicável.

e.1.3 Títulos privados

Os títulos privados da carteira própria e dos fundos investidos são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor de mercado com base nas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).

e.2. Ações

O segmento de ações está representado por ações de companhias abertas, avaliadas a valor de mercado, considerando a cotação de fechamento da BM&FBOVESPA S.A. do último dia útil em que a ação tenha sido negociada.

e.3.Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustado por reavaliação no mínimo a cada três anos, como determina a Instrução SPC nº 15, de 12 de novembro de 2014 que altera a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, sendo os efeitos das reavaliações computados diretamente no resultado do exercício, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no último laudo de reavaliação, e sua contrapartida é lançada em rendas/variações negativas, de acordo com norma específica da Previc. Os fundos de investimento imobiliário são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

e.4.Empréstimos e financiamentos

Referem-se às operações com participantes e assistidos, e estão demonstrados pelo valor do principal mais atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescido de 7% ao ano, incorridos até a data do balanço. Nos financiamentos imobiliários, caso o participante deixe de ser contribuinte, os juros passam a ser de 12% ao ano. A Fundação possui contratos antigos em que os indexadores são a TR acrescidos de 1% ao mês, mas atualmente sem concessões. A Fundação constitui provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa de acordo com o item 11 do anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

e.5.Depósitos judiciais

De acordo com a Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, os depósitos judiciais deverão ser registrados em contas de ativo no realizável.

f. Permanente – Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

g. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante provável de perda que a administração julga necessário, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

h. Patrimônio social

Patrimônio de cobertura do plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas pelo atuário interno e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PBD representam o valor atual dos compromissos assumidos pela TELOS considerando a probabilidade de expectativa de vida dos assistidos.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PCV-I estão representadas pelo: **(i)** valor atual dos compromissos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e seus beneficiários considerando a probabilidade de expectativa de vida; e **(ii)** saldo da conta de saque programado para os participantes assistidos com benefício nesta modalidade.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do PBD representam os compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários considerando a probabilidade de expectativa de vida.

No caso do PCV-I, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os saldos das contas totais dos participantes ainda não assistidos.

No equilíbrio técnico estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios. O equilíbrio técnico é registrado em Reserva de Contingência até o limite percentual, em relação às provisões matemáticas por plano. O que ultrapassar este limite é registrado em Reserva Especial para revisão do Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente.

Em 25 de novembro de 2015 foi publicada a Resolução MTPS/CNPC nº 22, que estabelece que, a partir de sua vigência, o limite percentual da Reserva de Contingência aplicada sobre a Provisão Matemática, deve ser calculado pela seguinte fórmula: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)], não podendo o resultado ultrapassar 25%. No caso da TELOS, a duração do passivo dos planos é de 9,01 anos no PBD e 9,58 anos no PCV-I, correspondendo o limite de reserva de contingência em 19,01% no PBD (19,33% em 2016) e 19,58% no PCV-I (19,76 em 2016) das respectivas Provisões Matemáticas em renda mensal vitalícia.

Fundos

Os fundos previdenciais podem ser utilizados para cobrir eventuais desvios na ocorrência de variações nas estimativas previstas no plano de custeio, benefícios por morte e por incapacidade e destinação ou utilização de superávit.

Já o fundo administrativo é constituído pelo resultado encontrado na apuração das receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa.

O fundo de investimentos é constituído com recursos provenientes das prestações de empréstimos, sendo utilizado para cobertura de saldo devedor em caso de morte ou invalidez permanente total por acidente de participantes, assistidos e autopatrocinados que tenham contratos em vigor.

i. Gestão assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos demais planos de benefícios administrados pela TELOS, e seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

j. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

4. Gestão de riscos

A TELOS estabelece que para atender aos seus compromissos futuros que se dão através do pagamento de benefícios, é necessário gerir de forma adequada os investimentos dos planos, considerando todos os riscos inerentes relativos as classes de ativos da Fundação, em conformidade com as normas aplicáveis.

A TELOS possui exposição para os seguintes riscos:

a) Risco de Mercado: é o risco associado aos movimentos nos preços e taxas praticados no mercado. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a estes riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Algumas das métricas utilizadas são:

i. **Value-at-Risk (VaR):** O VaR é definido como a perda provável de um dado investimento, considerando um dado intervalo de confiança. O VaR de um dia calculado para os fundos de Renda Fixa é o paramétrico, utilizando-se como volatilidade o EWMA, com parâmetro (lambda) 0,97. O intervalo de confiança padrão adotado pela TELOS é de 95%.

ii. **Divergência Não Planejada (DNP):** calculada mensalmente, utilizando o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O benchmark utilizado é o atuarial do plano (para análise de desempenho);

iii. **Tracking Error (TE):** indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um benchmark. Representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do benchmark. O tracking error é calculado através da metodologia do tracking error histórico;

iv. **Benchmark Value-at-Risk (B-Var):** para complementar a medida de tracking error este, é feito o benchmark VaR, que procura dar a exposição diária de risco do fundo em relação ao benchmark. É utilizado o B-VaR histórico, com o índice aberto em suas ações constituintes, com uma janela de 1 ano e retornos diários;

v. **Stress Test:** é calculado através da utilização dos cenários BM&F diários. Os cenários BM&F são constituídos por fatores primários de Risco (FPRs) e contém um ou mais choques (variações em relação ao valor atual do FPR). O cálculo do stress para um fundo é calculado através da decomposição dos ativos em FPRs, aplicação dos choques e, para cada FPR presente, escolhe-se o resultado que corresponde à maior perda para o fundo.

b) Risco de crédito: é o risco de a Fundação incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um ativo falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

É controlado evitando-se a concentração de operações de crédito em um pequeno grupo de emissores e minimizando as perdas em caso de default em alguma emissão. A Fundação estabelece diretrizes para a aquisição de créditos privados e realiza controle diário destas exposições e limites.

O Risco de Crédito em Operações com Participantes, representado pela inadimplência é controlado através do estabelecimento de limites de concessão de empréstimos, que dependem do salário ou benefício do participante, saldo de contas e margem de consignação disponível. Após a concessão, é feito o acompanhamento de perto e utiliza-se de cobrança ativa para minimizar ocorrências de inadimplência à medida em que ocorrem. Em última instância, recorre-se à esfera judicial para recuperação do crédito.

O Risco de Mortalidade em Operações com Participantes é controlado através da utilização do Fundo Garantidor de Empréstimos administrados pela TELOS, onde cada nova operação contribui mensalmente com um percentual para a constituição deste fundo, que quita o saldo devedor remanescente em caso de morte ou invalidez permanente.

c) Risco de Liquidez e Solvência: é o risco de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos ou não ter ativos suficientes para honra-los. No curto prazo é mitigado através do estabelecimento de regras de caixa mínimo para pagamento de folhas de benefícios e pelo controle de liquidez dos fundos de investimento (por tipo de ativo e volume de resgate). No longo prazo é mitigado através de estudo de LDI (Liability Driven Investment) indicado para a prática e o monitoramento dos investimentos em ambiente de gestão baseada em riscos, sendo seu principal objetivo perseguir a meta de solvência do plano de benefícios.

d) Risco operacional: é aquele associado à operação do negócio. Em virtude de sua amplitude pode ser definido em fatores externos e internos:

i. **Fatores externos:** Risco de selecionar a estratégia inadequada quando da ocorrência de mudanças no ambiente externo da Fundação no que concerne a riscos legais, risco político, desastres naturais, dentre outros;

ii. **Fatores internos:** Risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos;

A TELOS utiliza metodologia própria para identificação e avaliação dos riscos, considerando parâmetros de probabilidade de ocorrência, impacto e perda financeira. Utiliza-se matriz de risco e controle com parâmetros de avaliação do impacto e probabilidade resultando em um nível de exposição que pode ir do mínimo ao extremo.

Os riscos de criticidade são mantidos sob supervisão, de forma que a Fundação obtenha no mínimo 90% de seus riscos com nível de exposição mínimo, baixo ou moderado.

5. Gestão previdencial

	Nota	2017	2016
Recursos a Receber – Previdencial		6.164	11.613
Recursos a Receber Serviços Passados – Partes Relacionadas	8	21.340	26.023
Depósitos Judiciais		18.126	16.059
		45.630	53.695

Representam os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições de, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, valores a receber da dívida da patrocinadora e depósitos judiciais relativos ao exigível contingencial da Gestão Previdencial, detalhado na Nota Explicativa 9.1.

a. Taxas do PBD

Em 29 de fevereiro de 2016 foi aprovada pela PREVIC a alteração de Regulamento do PBD eliminando as contribuições previstas no Plano, atendendo a proposta do Conselho Deliberativo da TELOS, em 14 de dezembro de 2015. Desta forma, a partir de junho/2016 não há qualquer cobrança de taxa de contribuição. Não existem taxas de contribuição vigentes em 31 de dezembro de 2017. As taxas vigentes até maio de 2016 foram as seguintes:

	2017 (%)	Até maio de 2016 (%)
Pa Patrocinadores (**P**)	-	17,53
Pa Participantes ativos (**P1**)	-	2,70
Pa Participantes ativos (**P2**)	-	1,80
Pa Participantes ativos (**P3**)	-	14,69

- **P:** Percentual incidente sobre o total dos salários de participação dos participantes ativos;
- **P1:** Percentual incidente sobre o salário de participação;
- **P2:** Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação à metade do limite máximo do salário de contribuição para Previdência Social;
- **P3:** Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação ao limite máximo do salário de contribuição para Previdência Social;

b. Taxas do PCV-I

Nesse plano, o participante inscrito até 31 de outubro de 2014, recolhe a sua contribuição normal, variável de 1% a 8% calculada sobre seu salário aplicável e, caso deseje incrementar o valor do benefício futuro, pode efetuar contribuições adicionais.

Em 30 de setembro de 2014, a Superintendência de Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou a proposta de alteração do regulamento do PCV-I, através do Ofício nº 3056/2014, publicado no Diário Oficial, dia 30 de setembro de 2014.

A alteração aprovada estabelece que o participante ativo inscrito a partir de 1º de novembro de 2014 efetuará contribuições normais de percentuais inteiros, variáveis, a sua escolha de 1% a 7% (um a sete por cento) do seu salário aplicável, respeitada sua faixa salarial, conforme tabela abaixo.

Para os Participantes ativos inscritos a partir de 1° de novembro de 2014 que estejam enquadrados na faixa salarial 1 da tabela, é permitido efetuar apenas Contribuição Adicional, as quais não terão contrapartida do Patrocinador.

O patrocinador recolhe a contribuição normal, de valor igual ao da contribuição normal de cada participante, limitado a 8% do salário aplicável, dependendo da contribuição normal do participante.

O patrocinador é responsável, ainda, pelo custeio dos saldos de contas projetadas baseado em taxa avaliada atuarialmente e pela cobertura das despesas administrativas do plano, por meio do recolhimento de contribuições específicas para tal finalidade.

O Conselho Deliberativo da TELOS através de sua 263ª reunião, realizada em 21 de agosto de 2017, por maioria, aprovou a proposta de alteração do Regulamento do Plano PCV-I referente a utilização dos recursos existentes do Fundo de Perda de Saldo para a cobertura das contribuições de Patrocinadores, que deixarão de ser devidas, enquanto houver saldo suficiente no referido fundo.

A proposta de alteração foi aprovada pela PREVIC em 10 de novembro de 2017.

Faixa Salarial	Salário Aplicável	Percentual de Contribuição Normal	Patrocinador
1	Menor ou Igual a Limite Salarial de Faixa 1	Não há	Contribuição única de 5 vezes o salário, quando a participante ativo atingir 5 anos de inscrição e tiver mais de 55 anos de idade.
2	Maior que Limite Salarial de Faixa 1 e Menor que Limite Salarial de Faixa 2	De 1% a 4%	De 1% a 4%
3	Igual ou Maior que Limite Salarial de Faixa 2	De 1% a 7%	De 1% a 7%

6. Gestão administrativa

	2017	2016
Recursos a Receber - Administrativo **(a)**	833	2.996
Depósitos Judiciais **(b)**	6.184	6.352
	7.017	9.348

(a) Registra as operações administrativas inerentes às atividades da Fundação como adiantamentos de férias, custeio administrativo assistencial, depósitos recursais entre outros. Os recursos necessários à cobertura das despesas são os repassados pela gestão previdencial, fluxo de investimentos e gestão assistencial;

O Resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) é apurado pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Patrimônio do PGA. O saldo do Patrimônio do PGA é segregado por plano de benefício previdencial não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

O critério de rateio das despesas administrativas comuns aos planos de benefícios, leva em consideração o número de participantes e o montante dos investimentos. Já as despesas específicas são alocadas diretamente aos planos de benefícios.

A TELOS registra, em contas contábeis específicas no ativo e no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no PGA.

No Plano de Custeio para o ano de 2017, aprovado na 261ªReunião do COD em 5 de dezembro de 2016 foi estabelecida a cobrança de taxa de administração de 0,164% sobre o patrimônio do plano PBD e a transferência para o fundo administrativo do PCV-I de 80% das novas entradas no Fundo de Perda de Saldo ocorridas a partir de 1° de janeiro de 2017;

(b) Valor refere-se, substancialmente, a depósitos judiciais referentes aos recolhimentos de PIS/COFINS no período de março de 2011 a dezembro de 2014. As informações relativas a essa contingência estão apresentadas na Nota Explicativa nº 9.1(b).

Gastos com Serviços de Terceiros

	2017	2016
Honorários Advocatícios	519	666
Manutenção de Sistemas Corporativos	1.487	1.381
Despesas com Auditoria	110	99
Conservação e Limpeza	313	295
Administração de Assistência Médica	1.317	1.243
Internet	243	220
Mensageiro/Manutenção/Recepção	303	273
Outras	280	301
Total	4.572	4.478

7. Investimentos

	Nota	2017	%	2016	%
Títulos Públicos Federais					
Letras Financeiras do Tesouro		473	-	431	-
Créditos privados					
Debêntures não conversíveis		7	-	7	-
Ações					
Companhias abertas [1]		151.493	-	118.165	-
		151.973	2,2	118.603	1,9
Fundos de investimento					
Renda Fixa		2.433.994	-	2.453.552	-
Ações		156.861	-	126.302	-
Multimercado		4.584.696	-	4.346.517	-
Participações		1.248	-	2.682	-
Imobiliário		10.333	-	8.955	-
		7.187.132	94,7	6.938.008	94,9
Investimentos imobiliários					
Uso próprio		8.398	-	8.493	-
Locadas a Partes Relacionadas	8	54.020	-	54.474	-
Locadas a terceiros		6.734	-	6.785	-
Participação		113.855	-	114.235	-
		183.007	2,4	183.987	2,5
Empréstimos e Financiamentos imobiliários					
Empréstimos		41.231	-	40.529	-
Financiamentos imobiliários		3.474	-	4.170	-
		44.705	0,6	44.699	0,6
Depósitos judiciais		6.237	0,1	2.264	0,1
Total dos investimentos		**7.573.054**	**100,0**	**7.287.561**	**100,0**

(1) Ações referentes a empresa Tupy S/A.

7.1. Títulos mantidos até o vencimento e para negociação

A totalidade dos investimentos em títulos públicos e privados em 31 de dezembro de 2017 é composta substancialmente por cotas de fundos de investimento exclusivos, com exceção de algumas Letras Financeiras do Tesouro Federal e Estadual que são registradas em carteira própria.

Para fazer face a possíveis riscos de perda na realização dos títulos públicos relativos às Letras Financeiras do Tesouro Estadual de Santa Catarina (Nota 9.2.2) e as Letras Financeiras do Tesouro Municipal de Osasco que está vinculada a precatório (Nota 9.2.3), a TELOS mantém provisão para perdas no valor de R$ 63.610 (2016: R$ 63.610), correspondente a 100% do valor desses títulos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Esses títulos foram atualizados até as datas de seus vencimentos, que ocorreram em 1º de maio de 2001 e 1º de junho de 1998, respectivamente. A composição da carteira está apresentada líquida dessa provisão.

A Fundação, quando julga necessário, efetua provisão com objetivo de expressar o valor justo dos ativos.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, demonstramos nos quadros a seguir os títulos e valores mobiliários, os constantes nas carteiras próprias e nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos, por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2017:

	Valor Contábil (R$)	Valor de Mercado (R$)
PBD		
Tipo/Natureza:		
Títulos e valores mobiliários para negociação:		
Ações	151.493	151.493
Operações Compromissadas	286.292	286.292
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	11.988	11.988
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	473	473
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	25.678	25.678
Cotas de Fundo de Investimento em Participações	1.248	1.248
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	10.333	10.333
Outros	475	477
	487.980	**487.982**
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	297.819	268.635
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	2.137.642	2.452.953
Debêntures	7	7
	2.435.468	**2.721.595**
Total	**2.923.448**	**3.209.577**
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias		
Entre 361 dias e 1.080 dias	-	-
A partir de 1.081 dias	2.435.468	2.721.595
	2.435.468	**2.721.595**

	Valor Contábil (R$)	Valor de Mercado (R$)
PCV-I		
Tipo/Natureza:		
Títulos e valores mobiliários para negociação:		
Ações	151.835	151.835
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	1.345.137	1.345.137
LTN - Letras do Tesouro Nacional	485.586	485.586
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	8.424	8.424
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	11.988	11.988
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	50.819	50.819
Debêntures	34.439	34.439
Swap	(37)	(37)
Operações Compromissadas	461.093	461.093
Cotas de Fundos de Investimento em Participações	2.732	2.732
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	12.722	12.722
Outros	221	221
	2.564.957	**2.565.957**
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	247.115	231.910
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	1.583.615	1.794.737
	1.830.730	2.026.647
	4.396.687	**4.591.604**
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias		
Entre 361 dias e 1.080 dias		
A partir de 1.081 dias	1.830.730	2.026.647
	1.180.730	**2.026.647**

	Valor Contábil (R$)	Valor de Mercado (R$)
PGA		
Tipo/Natureza:		
Títulos para negociação:		
Operações compromissadas	5.226	5.226
Títulos mantidos até o vencimento:		
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	13.744	14.449
Total	**18.970**	**19.675**
Títulos mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
A partir de 1.081 dias	13.744	14.449
	13.744	**14.449**

A TELOS, segundo o entendimento de sua Administração, com base em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" até a data do seu vencimento.

7.2. Ações

Em 31 de dezembro de 2017, a TELOS detinha 7.744.156 (9.816.056 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias de TUPY S.A. (TUPY), avaliadas a valor de mercado.

7.3. Provisões para créditos de liquidação duvidosa em investimentos

7.3.1 Letras financeiras do Tesouro Municipal de Osasco

Para fazer face a possíveis riscos de perda na realização dos títulos públicos relativos às Letras Financeiras do Tesouro Municipal de Osasco que está vinculada a precatório (Nota 9.2.2), a TELOS mantém provisão para perdas no valor de R$ 35.256 (2016: R$ 35.256), correspondente a 100% do valor desses títulos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Esses títulos foram atualizados até as datas de seus vencimentos, que ocorreu em e 1º de junho de 1998. A composição da carteira está apresentada líquida dessa provisão.

A Fundação, quando julga necessário, efetua provisão com objetivo de expressar o valor justo dos ativos.

7.3.2 Letras financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina

A ação de ressarcimento foi ajuizada pela TELOS em face do Estado de Santa Catarina. Tal ação visa a que o Estado de Santa Catarina pague, pelo valor de face, as 10.000 (dez mil) Letras do Tesouro de Santa Catarina adquiridas pela TELOS, cujo vencimento ocorreu em 01 de maio de 2001, observando os critérios de correção monetária e juros.

A TELOS iniciou em 19/04/2017 o cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina no valor de R$ 470.846.347,38, referente ao valor de face dos títulos, acrescidos de correção monetária e juros até 13/02/2017. A ação de cobrança movida em 11 de abril de 2006 já se encontra em fase de execução definitiva, com mérito transitado em julgado, sem possibilidade de recurso por parte do Estado de Santa Cantarina, podendo ser discutido apenas o valor exequendo.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor de precatórios a pagar do Estado de Santa Catarina, conforme o relatório do 2º quadrimestre de 2017 de Captação de Recursos

e Dívida Pública do Estado de Santa Catarina soma R$2.294.499.889,72 e nos últimos 8 anos foram repassados pelo Estado ao Tribunal de Justiça para o pagamento de precatórios o montante de R$359.465.144,37. Atualmente existem 4.112 precatórios emitidos para o Estado de Santa Catarina na fila para pagamento.

Sendo assim, tendo em vista a inexatidão quanto ao valor que será executado e a possibilidade de tal crédito tornar-se precatório, optou por não registrar contabilmente este ativo.

7.4. Investimentos imobiliários

Os bens relativos aos investimentos imobiliários estavam cobertos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por apólices de seguro em montante considerado pela Fundação como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Os imóveis integrantes da carteira da TELOS foram reavaliados durante o exercício de 2015 e 2016.

Localização	Avaliador	Data-base da reavaliação	Valor da última reavaliação	Valor contábil 31/12/2016 (R$)	Variação	Valor contábil 31/12/2017 (R$)
Rua Regente Feijó, 166	Sênior Consultoria	dez/15	54.600	54.474	(453)	54.021
Amazonas Shopping	C & C Consultoria	jun/16	115.036	114.235	(380)	113.855
Pres. Vargas 10º ao 11º	Sênior Consultoria	jun/16	8.540	8.493	(95)	8.398
Pres. Vargas 12º ao 13º	Sênior Consultoria	jun/16	6.848	6.785	(50)	6.733
			185.024	183.987	(979)	183.007

7.5. Empréstimos e financiamentos imobiliários

A Fundação mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R$ 240 (R$ 254 em 2016), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela TELOS.

8. Partes relacionadas

	Nota	2017	2016
Ativos			
Recursos a receber serviços passados – Partes relacionadas	5	21.340	26.023
Investimentos imobiliários locados a Partes relacionadas	7	54.020	54.474
		75.360	**80.497**
Receitas			
Recursos provenientes de serviços passados		2.059	3.703
Receitas de aluguéis		4.461	4.198
		6.520	**7.901**
Despesas			
Despesas administrativas[1]		351	322
		351	322

[1] Despesas relativas a contratação de serviços de Internet, telefonia fixa e móvel e Tv por assinatura junto a Claro S.A.

8.1. Patrocinadores

8.1.1.Valor a receber da Claro

A TELOS assinou com a Embratel em 1º de setembro de 1999 o Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial no valor inicial de R$362.891, com liquidação no prazo máximo de 20 anos. O termo de confissão de dívida foi aprovado pela SPC por meio do Ofício nº 596 – SPC/GAB/CGAS/CGAR.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor a receber da Claro era de R$ 22.984 (2016: R$ 28.224), reconhecido no PCV-I.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se desliga, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do PCV-I.

Os rendimentos relativos ao saldo devedor são pagos mensalmente pela Claro e são calculados com base na taxa de valorização dos ativos do PBD no Grupo Realizável - Gestão administrativa.

O Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial garante que a valorização dos ativos do PBD não será inferior ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acrescido de 6% ao ano. Quando a variação acumulada do IGP-DI acrescida de 6% ao ano for superior a valorização acumulada dos ativos do PBD, será paga pela ocorrência dos eventos de desligamento, invalidez, falecimento, resgate ou portabilidade de recursos. O prazo máximo para pagamento da dívida é de 20 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2018. Findo o prazo, havendo saldo remanescente, o mesmo será quitado em parcela única no vencimento do termo.

8.1.2.Investimentos locados a Patrocinadores

A TELOS através do Plano PBD possui o imóvel localizado à Rua Regente Feijó, 166 locados a Patrocinadora Claro S.A.

8.2 Remuneração dos Dirigentes e Administradores

A despesa de pessoal com Dirigentes e Administradores da TELOS (próprios e cedidos) totalizou R$ 1.886 (R$ 1.767 em 2016). O Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo da TELOS não são remunerados.

9. Contingências

9.1. Passivas - exigível contingencial

	2017	2016
Gestão previdencial:		
Ações cíveis e trabalhistas **(a)**	32.440	34.301
	32.440	**34.301**
Gestão administrativa:		
PIS/COFINS liminar **(b)**	5.930	5.930
	5.930	**5.930**
Investimentos:		
PIS/COFINS sobre aluguéis **(c)**	5.008	4.859
Investimentos imobiliários **(d)**	3.325	3.336
IPTU **(e)**	2.254	2.254
	10.587	10.449
Total	**48.957**	**50.680**

(a) Referem-se principalmente às ações de um grupo de ex-participantes e assistidos da TELOS, em sua maioria representados pelo sindicato da categoria profissional, referente aos expurgos inflacionários ocorridos no período de 30 de junho de 1987 a 30 de junho de 1991, e buscam os reflexos pertinentes da compensação do expurgo do IPC divulgado pelo IBGE nos planos de benefícios administrados pela TELOS no referido período;

(b) Com base no êxito obtido, em liminar obtida em 14/07/2005, nos autos do Processo n.º 2005.51.01.011732-1, a TELOS teve suspensa a exigibilidade do recolhimento do PIS e da contribuição da COFINS, por entender que não havia formação de base de cálculo para os referidos tributos;

Deste modo, em que pese às decisões favoráveis obtidas, por cautela e atendendo as recomendações do escritório que patrocina a

causa, foi constituída, a provisão contábil com base nos critérios para formação de base de cálculo apresentados pela Instrução Normativa n.º 247/2002 da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tal provisão se justifica no fato de correr perante o Supremo Tribunal Federal ação na qual foi determinada repercussão geral (Recurso Extraordinário n.º 400.479) em que, mesmo de forma incidental e a despeito de vitória em sua demanda individual, obrigue a TELOS a reconhecer que algumas das suas receitas componham a base de cálculo para o pagamento do PIS e a contribuição da COFINS.

Em junho de 2006, foi julgado PARCIALMENTE procedente o Mandado de Segurança para declarar a inexistência de obrigação jurídica da TELOS ao recolhimento do PIS/COFINS, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos tão somente a partir do ajuizamento do Mandado de Segurança. A TELOS e a Fazenda Nacional recorreram da decisão.

Em dezembro de 2007, foram julgados os recursos dando-se provimento ao recurso da TELOS para autorizar a compensação de todos os valores recolhidos indevidamente com fulcro na base de cálculo ampliada.

Em julho de 2008, a Fazenda Nacional interpôs recurso extraordinário que, embora tenha sido admitido, teve o seu curso paralisado em razão de existir recurso extraordinário de repercussão geral (RE nº 508.108/SP) pendente de julgamento no STF.

Em abril de 2009, após decisão do RE nº 508.108/SP, o TRF decidiu que, em decorrência da decisão do RE já mencionado ser divergente ao Acórdão recorrido, determinou o retorno do processo para o Desembargador que proferiu o Acórdão, a fim de que esse possa fazer seu juízo de retratação.

Em novembro de 2009, a TELOS requereu no TRF a execução provisória com o intuito de suspender a exigibilidade dos créditos tributários para que não constem como ópice para emissão da CND. Em julho de 2010, o TRF indeferiu o nosso requerimento.

Ainda sob orientação dos advogados que patrocinam o processo nº 2005.51.01.011732-1, por estratégia administrativa/processual e para a expedição de certidão com efeitos de negativa (CND), a partir do mês de março de 2011, a TELOS reviu o procedimento anteriormente adotado e passou a realizar depósitos judiciais cujo objetivo foi prover a mesma cautela obtida com as provisões contábeis realizadas.

Na ocasião, foi depositado judicialmente o montante relativo ao PIS/COFINS provisionado no período de 2005 à 2011.

Em julho de 2011, o Processo nº 2005.51.01.011732-1 foi paralisado por conta de novo recurso extraordinário (RE nº 561.908/RS), pendente de julgamento no STF.

Em outubro de 2012, os autos foram baixados, tendo sido determinado que a TELOS requeresse o que entendesse devido.

Em janeiro de 2013, o processo foi suspenso novamente até o retorno da Execução Provisória nº 2010.51.01.011589-7. Promovida a Execução Provisória nº 2010.51.01.011589-7, que foi definida em outubro/2010, o que motivou a interposição de Embargos de Declaração (negado), seguido de recurso de Apelação que se encontra aguardando apreciação até a presente data.

A partir de janeiro de 2015, em função das alterações trazidas pela Lei nº 12.973/14 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.544/15, que dizem respeito à alteração na base de cálculo do regime cumulativo, e ainda em função da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que decidiu pela inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo da Contribuição para o PIS/COFINS, a TELOS, sob orientação de seus advogados, passou a efetuar o recolhimento dos valores relativos a PIS/COFINS, deixando assim de efetuar os depósitos judiciais. Os valores relativos ao recolhimento do período de março de 2005 a dezembro de 2014 continuam sendo discutidos judicialmente.

(c) A ABRAPP sustenta que, conforme determina a Resolução BACEN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, as entidades fechadas de previdência complementar poderão ter parte de seus recursos garantidores aplicados no segmento de imóveis. Dessa forma, segundo entendimento de grande parte do setor, esses rendimentos deveriam ser considerados "aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate" e, portanto, dedutíveis da base de cálculo das contribuições para PIS/COFINS em conformidade com a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

O exigível contingencial do programa de investimento registra as provisões de PIS/COFINS sobre receita de aluguéis, pois a Instrução Normativa (IN) SRF nº 170, de 4 de julho de 2002, não incluiu no seu elenco de deduções as receitas de aluguéis, venda de imóveis e reavaliações da carteira de investimentos imobiliários.

A TELOS, ao tomar essa decisão, segue a mesma postura adotada pela maioria das entidades fechadas de previdência complementar que, conforme orientação da ABRAPP exclui da base de cálculo de PIS/COFINS a citada receita.

(d) Refere-se a questionamento judicial por parte da autora (Concremat), relativo ao pagamento de prêmio de incentivo da performance do shopping Amazonas. Em maio de 2012 houve sentença julgando parcialmente procedente os pedidos do autor. Em julho de 2013 foi interposto recurso pelas rés. Desde abril de 2015 os autos do processo encontram-se conclusos aguardando decisão monocrática ou inclusão em pauta;

(e) Referem-se a questionamentos judiciais efetuados pela TELOS ao Município do Rio de Janeiro, relativos ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a taxas municipais incidentes sobre os imóveis da TELOS no período de 1989 a 1997, questionamentos estes que: (i) para o período de 1989 a 1993, consistem no ajuizamento de 15 ações de execução pelo Município, cujos valores estão integralmente depositados judicialmente pela TELOS; e (ii) para o período de 1994 e 1997, consistem em medidas cautelares ajuizadas pela TELOS em que, em cada exercício, foram depositados judicialmente os valores integrais das cotas e taxas referentes a todas as inscrições imobiliárias da TELOS.

9.2. Contingências ativas

9.2.1 – OFND´S

A TELOS é beneficiária na vitória obtida na ação ordinária transitada em julgado, referente as obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's) ajuizada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de

Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as OFND's, emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em decorrência da substituição do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP deu início à execução de sentença do débito principal, e após diversas decisões interlocutórias, seguidas por recursos, foi proferida decisão pela MM. Juíza da 23ª Vara Federal, em 18 de maio de 2012, entendendo que as execuções deveriam ser propostas individualmente, bem como que deveria o título ser objeto de liquidações próprias, extinguindo a execução coletiva (com a ABRAPP funcionando como substituta de todas as entidades em uma mesma ação). A partir de novembro de 2015 e em atenção à decisão do TRF/2ª Região, a ABRAPP passou a ajuizar liquidações individuais ou representando grupos de até 10 entidades. A ação de Execução para o grupo que a Telos integra é definitiva e encontra-se em fase pericial (valor exequendo referente à TELOS é de R$ 79.189.826,59, posicionado em novembro/2015).

A União Federal propôs ação rescisória às vésperas do prazo para apresentação dos embargos à execução a fim de que a execução de sentença fosse suspensa liminarmente, bem como, ao final, fosse rescindido o acórdão de mérito proferido pelo TRF/2ª Região contra o FND, por se entender que o acórdão teria violado diversos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais. A ação rescisória encontra-se em fase recursal mantendo até então a decisão de procedência da Ação Ordinária movida pela ABRAPP, aguardando, tão somente, a apreciação do Agravo Interno para julgamento definitivo do Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento no STJ.

Desta forma a TELOS, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, não registrou contabilmente este ativo contingente.

9.2.2 – Letras Financeiras do Tesouro de Osasco

Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela TELOS em face do Município de Osasco visando ao pagamento de 10.000 letras financeiras emitidas pelo referido Município. Em setembro de 2006, transitou em julgado o acórdão que julgou procedente a referida ação. A TELOS está discutindo o valor a ser executado.

Iniciamos execução definitiva de R$ 41.097.775,24, sendo que R$ 35.256.392,28 já foram considerados incontroversos pelo juízo, limitando-se a discussão ao valor de R$ 5.841.382,96 (parte controversa).

Em jan/2008 o juiz mandou expedir precatório da parte incontroversa (R$ 35.256.392,38).

O Pagamento do Precatório expedido em nome da TELOS consta na nova lista dos Precatórios cadastrados no sistema de pagamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, devidos pelo Município de Osasco e está na ordem de pagamento n.º 22/2009.

Contudo, tendo em vista que o Município de Osasco está efetuando os pagamentos dos precatórios seguindo a ordem cronológica orçamentária, considerando, ainda, os termos da Emenda Constitucional n.º 62 de 2009, visando incluir todo o estoque de precatórios em mora da entidade devedora, consta como o último pagamento realizado em 29/07/2011, o Precatório habilitado na ordem orçamentária n.º 585 de 1986.

Com isso, o precatório da TELOS continua na fila para pagamento.

<u>Da parte controversa:</u>

A ação contra o Município de Osasco já transitou em julgado em favor da TELOS. Existe apenas uma discussão em aberto relativa aos juros de mora, que deu ensejo à alegação pelo Munícipio de que haveria excesso de execução nos cálculos da TELOS, daí terem apresentado embargos à execução quanto a essa parte, os quais foram julgados improcedentes.

Contra a sentença de improcedência, o Munícipio de Osasco interpôs recurso de apelação, o qual foi desprovido.

Foram interpostos recurso especial e extraordinário pelo Município, os quais foram inadmitidos em decisões publicadas no dia 12.06.2015.

A Executada, ainda, opôs agravo em recurso especial. Neste, a Ministra da Segunda Turma do STJ, em decisão monocrática, determinou a devolução dos autos ao tribunal de origem para que se aguarde o julgamento dos recursos especiais.

Atualmente, os autos aguardam o retorno ao TJSP e o julgamento dos referidos recursos representativos de controvérsia.

A TELOS, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, e tendo em vista que o recebimento deste ativo não é líquido e certo, optou por não registrar contabilmente este ativo contingente relativo a parte controversa.

10. Patrimônio social

a. Mutação do patrimônio social

	Patrimônio de cobertura do plano	Fundos
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**7.094.633**	**190.633**
Superávit do período	238.422	-
Constituição de provisões matemáticas e de fundos	(55.513)	91.086
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.277.542**	**281.719**

b. Provisões Matemáticas

Representam as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder dos planos de benefícios, conforme detalhado na Nota Explicativa 3.g., avaliadas de acordo com o plano de custeio em vigor, aprovado pelo Conselho Deliberativo da TELOS. O último estudo de aderência das hipóteses atuariais, utilizadas na avaliação atuarial vigente foi realizado em 27 de junho de 2017. Nesse estudo foram avaliadas hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. Para verificar a adequabilidade das hipóteses adotadas nas avaliações atuariais dos planos de benefícios foram utilizados testes estatísticos e análises quantitativas. Os estudos técnicos foram elaborados por atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios e aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, acompanhados de parecer do Conselho Fiscal.

Composição consolidada das provisões matemáticas:

	2017	2016
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos:		
PBD	2.107.777	2.241.643
PCV-I	2.302.296	2.188.646
	4.410.073	**4.430.289**

	2017	2016
Benefícios a conceder:		
PBD	1.907	1.727
PCV-I	1.643.896	1.679.373
	1.645.803	1.681.100
	6.055.876	**6.111.389**

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário interno em conformidade com as notas técnicas informadas à PREVIC.

c. Principais premissas atuariais utilizadas:

PBD

Fatores econômicos	
(i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial	4,50% a.a.
(ii) Crescimento salarial médio, crescimento do benefício do INSS e reajuste do benefício do plano	Inflação
(iii) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50% a.a.
(iv) Capacidade salarial e de benefícios	0,98(*)

(*) Fator que reflete a perda do poder aquisitivo, em termos reais, ocorrida nos salários e benefícios, calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e da frequência de reajustes.

	2017	2016
Fatores biométricos		
(i) Tábua de mortalidade geral:	AT 2000 suavizada em 10%	AT 2000 suavizada em 10%
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos:	CSO-80	CSO-80
(iii) Composição de família padrão	Prob. de casado: 80% >Particip. Masc.: +5 anos do que sua cônjuge >Particip. Fem.: -2 anos do que seu cônjuge	Prob. de casado: 100% >Particip. Masc.: +4 anos do que sua cônjuge >Particip. Fem.: -4 anos do que seu cônjuge

PCV-I

Fatores econômicos	
(i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial	4,50% a.a.

	2017	2016
Fatores biométricos		
(i) Tábua de mortalidade geral:	AT 2000	AT 2000
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos:	CSO-58	CSO-58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

d. Equilíbrio técnico

O superávit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Fundação.

O equilíbrio técnico é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas por plano. A forma de apuração da Reserva de Contingência por plano, obedecendo aos requisitos da Resolução MTPS/CNPC nº 22 estão detalhados na Nota 3.g.

De acordo com a Lei Complementar 109/01, a partir da constituição da reserva especial, a revisão do plano de benefícios poderá se dar de forma voluntária e será obrigatória após o decurso de três exercícios consecutivos.

Em 14 de dezembro de 2015, através da 258ª reunião do Conselho Deliberativo da Fundação, foi aprovado a destinação da Reserva Especial do Plano PBD. A destinação consistiu na extinção das contribuições de participantes e patrocinadores previstas no regulamento do plano e que o benefício do mês de junho de cada ano seria 50% maior do que o pago regularmente.

A proposta de alteração do regulamento do PBD contemplando as mudanças mencionadas acima foi enviada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em 22 de janeiro de 2016 e aprovada pela PREVIC em 28 de março de 2016.

Em 05 de dezembro de 2016, foi constituído o fundo para revisão do Plano PBD no montante de R$470, para destinação obrigatória dos recursos da reserva especial do Pecúlio Complementar relativos ao ano de 2013. Em 27 de março de 2017, através da 262ª reunião do Conselho Deliberativo, foi aprovada além da utilização do fundo para reserva especial do Pecúlio Complementar de 2013 a reserva de 2014 e 2015, sendo está última até o limite que permitisse a cessação das contribuições dos participantes a partir do mês subsequente ao que completarem 85 anos.

e. Fundos previdenciais

Os fundos foram avaliados de acordo com o plano de custeio em vigor aprovado pelo Conselho Deliberativo, com base na avaliação atuarial realizada sob responsabilidade do atuário interno.

O total de fundos previdenciais em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 262.642 (2016: R$ 165.559), composto conforme abaixo:

	2017	2016
Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos (PBD)	21.895	20.086
Fundo para Revisão de Plano (PBD)	292	763
Fundo Adicional de Benefício de Prestação Continuada (PBD)	-	3.361
Fundo por Perda de Saldo (PCV-I)	157.746	148.934
Fundo Excedente Trienal (PCV-I)	2.812	1.810
Fundo Saldo de Conta Projetada(PCV-I)	79.897	-
	262.642	174.954

- **Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos do PBD**: instituído para dar cobertura a eventuais desvios desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio relacionados à longevidade e morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano conforme descrito em nota técnica atuarial;
- **Fundo para Revisão de Plano:** Instituído a partir de recursos da Reserva Especial, cuja destinação/utilização se dará mediante a aprovação do Conselho Deliberativo da Fundação;
- **Fundo Adicional de Benefício de Prestação Continuada:** Referente ao benefício 50% maior que é pago regularmente, todo mês de junho, aos assistidos do PBD. A partir de 2017 os valores relativos ao benefício passaram a ser classificados como exigível operacional;
- **Fundo por Perda de Saldo:** De acordo com o artigo 28 do Regulamento do PCV-I, é constituído pelo saldo positivo originado da diferença apurada entre o valor resgatado ou portado pelo participante, sendo sua utilização estabelecida no plano de custeio anual, podendo ser utilizado para cobertura de contribuição de Patrocinador, cobertura das despesas administrativas e de oscilações desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio, relacionados à longevidade e à morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano, conforme descrito em nota técnica atuarial.
- **Fundo Excedente Trienal:** Destinados à previsão de pagamento único, de valor equivalente à diferença, se positiva, entre a rentabilidade da Conta Coletiva, no final de cada triênio e a variação do IGP-DI acrescida de 3% ao ano, dos participantes não elegíveis a uma Aposentadoria Normal em 31 de dezembro de 2002, que requererem suas aposentadorias a partir de 1º de janeiro de 2003 e que optaram pelo índice de reajuste (IGP-DI), conforme alínea "a" do inciso II, §3º do artigo 73 do Regulamento do PCV-I.
- **Fundo Saldo Conta Projetada:** o Fundo Previdencial de Saldo de Conta Projetada foi constituído para cobrir os benefícios por morte e por incapacidade a serem pagos aos participantes ativos e autopatrocinados do PCV-I, bem como para cobertura dos participantes em auxílio-doença por acidente de trabalho a partir do 4º (quarto) mês de afastamento.

11. Ajustes de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação.

O valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria de "Mantidos até o Vencimento", calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Antes da destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido do déficit técnico, respectivamente, para fins de equacionamento do mesmo.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - Estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;

II - Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

III - O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;

IV - O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

V - A duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

VI-Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

No Plano PBD, o ajuste de precificação dos títulos públicos federais que atenderam, cumulativamente, aos requisitos acima mencionados em 31 de dezembro de 2017, resultou em um valor positivo de R$359.534, conforme demonstrado a seguir:

PBD

Em 31 de dezembro de 2017

Ativo	Quantidade	Vencimento	Valor a taxa do passivo	Valor na curva do papel	Ajuste de precificação
NTN-C	154.744	01/04/2021	586.451	535.739	50.712
NTN-C	213.644	01/01/2031	1.352.897	1.043.963	308.934
TOTAL	**368.388**		**1.939.348**	**1.579.702**	**359.646**

Em 31 de dezembro de 2016

Ativo	Quantidade	Vencimento	Valor a taxa do passivo	Valor na curva do papel	Ajuste de precificação
NTN-C	15.351	01/07/2017	57.273	55.806	1.466
NTN-C	167.679	01/04/2021	646.628	579.437	67.191
NTN-C	213.647	01/01/2031	1.388.582	1.058.215	330.367
TOTAL	**396.677**		**2.092.483**	**1.693.458**	**399.024**

No Plano PCV-I, o ajuste de precificação dos títulos públicos federais que atenderam, cumulativamente, aos requisitos acima mencionados em 31 de dezembro de 2017, resultou em um valor positivo de R$253.857, conforme demonstrado a seguir:

PCV-I

Em 31 de dezembro de 2017

Ativo	Quantidade	Vencimento	Valor a taxa do passivo	Valor na curva do papel	Ajuste de precificação
NTN-C	134.061	01/04/2021	508.067	457.884	50.183
NTN-C	166.282	01/01/2031	1.050.996	847.328	203.668
TOTAL	**300.343**		**1.559.063**	**1.305.212**	**253.851**

Em 31 de dezembro de 2016

Ativo	Quantidade	Vencimento	Valor a taxa do passivo	Valor na curva do papel	Ajuste de precificação
NTN-C	66.865	01/07/2017	249.464	243.973	5.491
NTN-C	132.542	01/04/2021	511.128	448.479	62.649
NTN-C	135.117	01/01/2031	878.182	679.074	199.108
TOTAL	**334.524**		**1.638.774**	**1.371.527**	**267.247**

Os resultados do exercício de 2017 dos planos de benefícios PBD e PCV-I foram apurados pelo regime de competência e resultaram no superávit de R$ 220.110 e R$ 21.279, respectivamente.

A partir do exercício de 2015, a TELOS passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido dos planos (DAL), conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução Previc nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

12. Gestão assistencial

O AMAP (Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas – AMAP) é um Plano de assistência médica exclusivo para aposentados e seus dependentes, e os pensionistas inscritos no PBD.

Tem como objetivo administrar recursos, constituídos de acordo com o artigo 5º do Estatuto da TELOS, que se destinam ao custeio de serviços e planos assistenciais existentes na data da promulgação da Lei Complementar nº 109/2001.

A Instrução Conjunta SPC/ANS nº 1, de 18 de dezembro de 2008, estabeleceu critérios para a execução das atribuições legais da então SPC e da Agência Nacional de Saúde (ANS) relacionada às atividades de assistência à saúde exercida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

As características básicas do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) são:

- O Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) é um plano fechado e atende, exclusivamente, os assistidos do PBD e seus dependentes e os pensionistas. Possui como responsabilidade o custeio de 85% do valor de utilização dos eventos médicos cobertos pelo plano, conforme detalhado no regulamento do Plano;

- À TELOS cabe única e exclusivamente a gestão do plano, na forma do regulamento, não sendo responsável por qualquer desequilíbrio financeiro/atuarial deste Plano;
- À Patrocinadora do Plano, Claro, incorporadora da Embratel, cabe custear, na forma do regulamento do plano, as despesas médicas e hospitalares cobertas, bem como aquelas expendidas pela TELOS com a administração e prestação de serviços.

Os recursos hoje administrados pela TELOS correspondem, principalmente, ao patrimônio mínimo ajustado exigido pela ANS por meio da RN 160, no montante de R$ 5.025 (2016: R$ 4.879). Atualmente, a Claro, Patrocinadora deste Plano, efetua mensalmente o pagamento das contraprestações, que são pós-estabelecidas.

Roberto Durães de Pinho
Presidente
CPF: 407.903.637-04

Felipe de Almeida Xavier
Contador
CRC RJ-105572-O3

BALANÇO PATRIMONIAL POR PLANOS

ATIVO POR PLANO

31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

Descrição	PBD	PCV-I	ADM	AMAP	Consolidado
Disponível	**20**	**500**	**9**		**529**
Realizável	**3.134.629**	**4.478.857**	**30.723**		**7.625.701**
Gestão previdencial	6.465	39.165	-		45.630
Gestão administrativa	8.492	7.533	9.499		7.017
Investimentos	3.119.672	4.432.159	21.224		7.573.055
Créditos privados e depósitos	7	-	-		7
Títulos Públicos	473	-	-		473
Ações	151.493	-	-		151.493
Fundos de investimento	2.771.484	4.396.678	18.970		7.187.132
Investimentos imobiliários	183.007	-	-		183.007
Empréstimos e Financiamentos	9.234	35.471	-		44.704
Depósitos Judiciais/ Recursais	3.973	10	2.254		6.237
Permanente	**-**	**-**	**1.098**		**1.098**
Imobilizado	-	-	1.098		1.098
Gestão assistencial	**-**	**-**	**-**	**11.920**	**11.920**
Total do ativo	**3.134.649**	**4.479.358**	**31.830**	**11.920**	**7.639.249**

31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Descrição	PBD	PCV-I	ADM	AMAP	Consolidado
Disponível	**57**	**226**	**11**		**295**
Realizável	**3.049.400**	**4.287.263**	**26.995**		**7.350.604**
Gestão previdencial	5.932	47.763	-		53.695
Gestão administrativa	7.187	5.868	9.348		9.348
Investimentos	3.036.282	4.233.633	17.648		7.287.562
Créditos privados e depósitos	7	-	-		7
Títulos Públicos	431	-	-		431
Ações	118.165	-	-		118.165
Fundos de investimento	2.724.663	4.197.951	15.394		6.938.008
Investimentos imobiliários	183.987	-	-		183.987
Empréstimos e Financiamentos	9.028	35.671	-		44.699
Depósitos Judiciais/ Recursais	-	10	2.254		2.264
Permanente	**-**	**-**	**1.051**		**1.051**
Imobilizado	-	-	1.051		1.051
Gestão assistencial	**-**	**-**	**-**	**11.490**	**11.490**
Total do Ativo	**3.049.458**	**4.287.489**	**28.057**	**11.490**	**7.363.440**

PASSIVO POR PLANO

31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

Descrição	PBD	PCV-I	ADM	AMAP	Consolidado
Exigível operacional	**(7.945)**	**(6.027)**	**(7.620)**		**(19.110)**
Gestão previdencial	(7.124)	(5.246)	-		(11.421)
Gestão administrativo	-	-	(7.620)		(7.620)
Investimentos	(821)	(781)	-		(69)
Exigível contingencial	**(17.543)**	**(23.230)**	**(8.184)**		**(48.957)**
Gestão previdencial	(9.210)	(23.230)	-		(32.440)
Gestão administrativo	-	-	(5.930)		(5.930)
Investimentos	(8.333)	-	(2.254)		(10.587)
Patrimônio social	**(3.109.161)**	**(4.450.101)**	**(16.026)**		**(7.559.262)**
Patrimônio de cobertura do plano	**(3.077.858)**	**(4.199.685)**			**(7.277.543)**
Provisões matemáticas	**(2.109.684)**	**(3.946.192)**	**-**		**(6.055.877)**
Benefícios concedidos	(2.107.777)	(2.302.296)	-		(4.410.073)
Benefícios a conceder	(1.907)	(1.643.896)	-		(1.645.803)
Equilibrio técnico	**(968.174)**	**(253.493)**	**-**		**(1.221.666)**
Resultados realizados	(968.174)	(253.493)	-		(1.221.666)
Superávit técnico acumulado	(968.174)	(253.493)	-		(1.221.666)
Fundos	**(31.303)**	**(250.416)**	**(16.026)**		**(281.719)**
Fundos previdenciais	(22.187)	(240.455)	-		(262.642)
Fundos administrativos	(8.492)	(7.533)	(16.026)		(16.026)
Fundos dos investimentos	(624)	(2.427)	-		(3.051)
Gestão assistencial	**-**	**-**	**-**	**(11.920)**	**(11.920)**
Total do Passivo	**(3.134.649)**	**(4.479.358)**	**(31.830)**	**(11.920)**	**(7.639.249)**

31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Descrição	PBD	PCV-I	ADM	AMAP	Consolidado
Exigível operacional	**(4.398)**	**(4.786)**	**(6.819)**		**(16.004)**
Gestão previdencial	(3.629)	(3.992)	-		(7.621)
Gestão administrativo	-	-	(6.819)		(6.819)
Investimentos	(769)	(795)	-		(1.564)
Exigível contingencial	**(18.724)**	**(23.772)**	**(8.184)**		**(50.680)**
Gestão previdencial	(10.529)	(23.772)	-		(34.301)
Gestão administrativo	-	-	(5.930)		(5.930)
Investimentos	(8.195)	-	(2.254)		(10.449)
Patrimônio social	**(3.026.336)**	**(4.258.931)**	**(13.054)**		**(7.285.265)**
Patrimônio de cobertura do plano	**(2.994.400)**	**(4.100.233)**			**(7.094.633)**
Provisões matemáticas	**(2.243.370)**	**(3.868.019)**	**-**		**(6.111.389)**
Benefícios concedidos	(2.241.643)	(2.188.646)	-		(4.430.289)
Benefícios a conceder	(1.727)	(1.679.373)	-		(1.681.100)
Equilibrio técnico	**(751.030)**	**(232.213)**	**-**		**(983.244)**
Resultados realizados	(751.030)	(232.213)	-		(983.244)
Superávit técnico acumulado	(751.030)	(232.213)	-		(983.244)
Fundos	**(31.935)**	**(158.698)**	**(13.054)**		**(190.633)**
Fundos previdenciais	(24.209)	(150.744)	-		(174.954)
Fundos administrativos	(7.187)	(5.868)	(13.054)		(13.054)
Fundos dos investimentos	(539)	(2.086)	-		(2.625)
Gestão assistencial	**-**	**-**	**-**	**(11.490)**	**(11.490)**
Total do Passivo	**(3.049.458)**	**(4.287.489)**	**(28.057)**	**(11.490)**	**(7.363.440)**

PARECERES E DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	DCD - 01/2018
APROVA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017	VIGÊNCIA:

O Conselho Deliberativo da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, em sua 266ª Reunião, realizada em 26 de março de 2018;

CONSIDERANDO

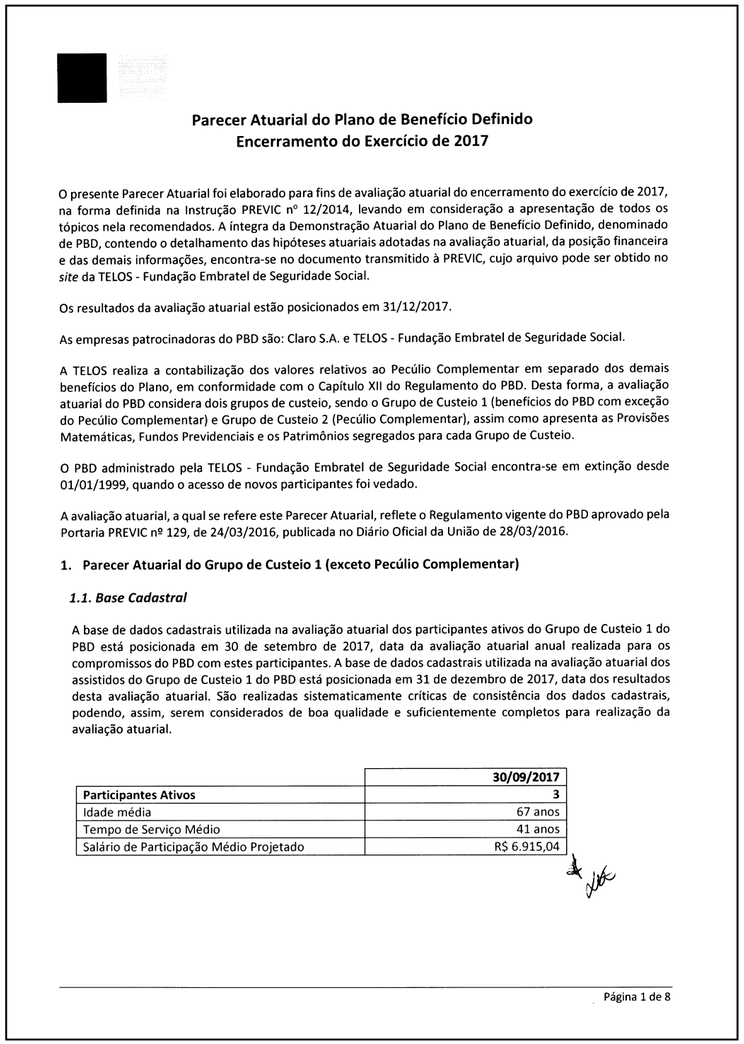
- A competência que lhe confere o inciso VI do Art. 39 do Estatuto da TELOS;
- A Avaliação atuarial elaborada pela Fundação;
- O Relatório de Auditoria, sem restrições, da BDO RCS Auditores Independentes, auditoria externa contratada e o parecer do Conselho Fiscal da Fundação,

DELIBERA

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis da TELOS e a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2017.
2. Recomendar à Diretoria o encaminhamento de exemplares dos documentos ora aprovados à PREVIC.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

CARLOS HENRIQUE MOREIRA
Presidente



Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido
Encerramento do Exercício de 2017

O presente Parecer Atuarial foi elaborado para fins de avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2017, na forma definida na Instrução PREVIC nº 12/2014, levando em consideração a apresentação de todos os tópicos nela recomendados. A íntegra da Demonstração Atuarial do Plano de Benefício Definido, denominado de PBD, contendo o detalhamento das hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, da posição financeira e das demais informações, encontra-se no documento transmitido à PREVIC, cujo arquivo pode ser obtido no *site* da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

As empresas patrocinadoras do PBD são: Claro S.A. e TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social.

A TELOS realiza a contabilização dos valores relativos ao Pecúlio Complementar em separado dos demais benefícios do Plano, em conformidade com o Capítulo XII do Regulamento do PBD. Desta forma, a avaliação atuarial do PBD considera dois grupos de custeio, sendo o Grupo de Custeio 1 (benefícios do PBD com exceção do Pecúlio Complementar) e Grupo de Custeio 2 (Pecúlio Complementar), assim como apresenta as Provisões Matemáticas, Fundos Previdenciais e os Patrimônios segregados para cada Grupo de Custeio.

O PBD administrado pela TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social encontra-se em extinção desde 01/01/1999, quando o acesso de novos participantes foi vedado.

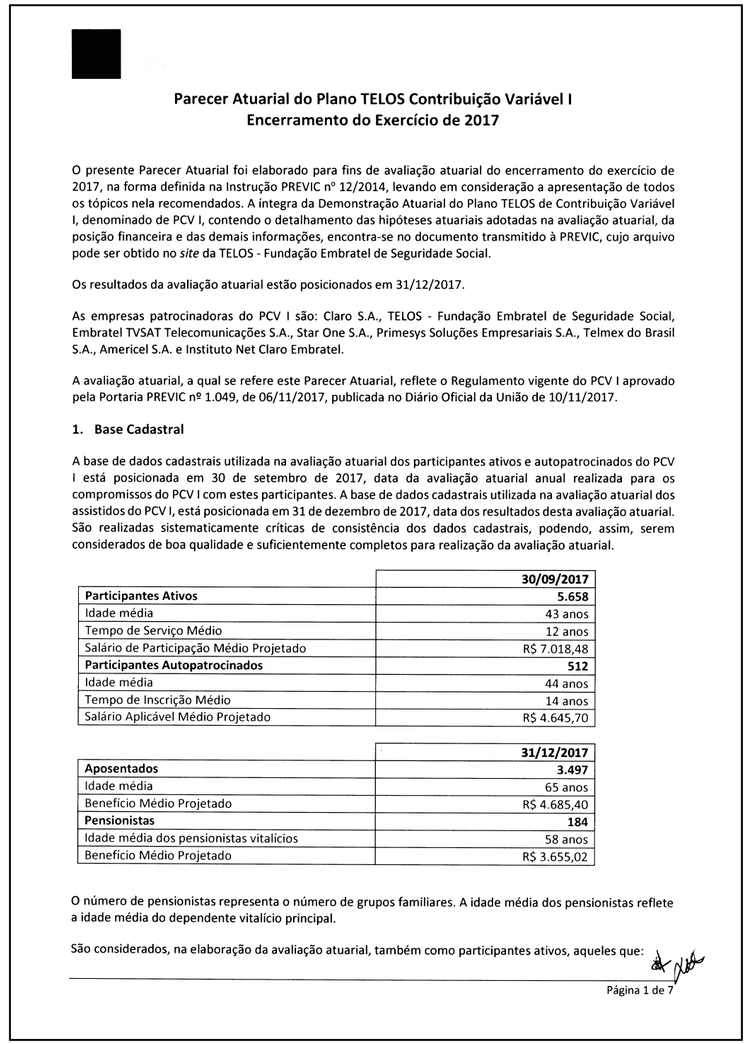
A avaliação atuarial, a qual se refere este Parecer Atuarial, reflete o Regulamento vigente do PBD aprovado pela Portaria PREVIC nº 129, de 24/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 28/03/2016.

1. Parecer Atuarial do Grupo de Custeio 1 (exceto Pecúlio Complementar)

1.1. Base Cadastral

A base de dados cadastrais utilizada na avaliação atuarial dos participantes ativos do Grupo de Custeio 1 do PBD está posicionada em 30 de setembro de 2017, data da avaliação atuarial anual realizada para os compromissos do PBD com estes participantes. A base de dados cadastrais utilizada na avaliação atuarial dos assistidos do Grupo de Custeio 1 do PBD está posicionada em 31 de dezembro de 2017, data dos resultados desta avaliação atuarial. São realizadas sistematicamente críticas de consistência dos dados cadastrais, podendo, assim, serem considerados de boa qualidade e suficientemente completos para realização da avaliação atuarial.

	30/09/2017
Participantes Ativos	**3**
Idade média	67 anos
Tempo de Serviço Médio	41 anos
Salário de Participação Médio Projetado	R$ 6.915,04



Parecer Atuarial do Plano TELOS Contribuição Variável I
Encerramento do Exercício de 2017

O presente Parecer Atuarial foi elaborado para fins de avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2017, na forma definida na Instrução PREVIC nº 12/2014, levando em consideração a apresentação de todos os tópicos nela recomendados. A íntegra da Demonstração Atuarial do Plano TELOS de Contribuição Variável I, denominado de PCV I, contendo o detalhamento das hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, da posição financeira e das demais informações, encontra-se no documento transmitido à PREVIC, cujo arquivo pode ser obtido no *site* da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

As empresas patrocinadoras do PCV I são: Claro S.A., TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, Embratel TVSAT Telecomunicações S.A., Star One S.A., Primesys Soluções Empresariais S.A., Telmex do Brasil S.A., Americel S.A. e Instituto Net Claro Embratel.

A avaliação atuarial, a qual se refere este Parecer Atuarial, reflete o Regulamento vigente do PCV I aprovado pela Portaria PREVIC nº 1.049, de 06/11/2017, publicada no Diário Oficial da União de 10/11/2017.

1. Base Cadastral

A base de dados cadastrais utilizada na avaliação atuarial dos participantes ativos e autopatrocinados do PCV I está posicionada em 30 de setembro de 2017, data da avaliação atuarial anual realizada para os compromissos do PCV I com estes participantes. A base de dados cadastrais utilizada na avaliação atuarial dos assistidos do PCV I, está posicionada em 31 de dezembro de 2017, data dos resultados desta avaliação atuarial. São realizadas sistematicamente críticas de consistência dos dados cadastrais, podendo, assim, serem considerados de boa qualidade e suficientemente completos para realização da avaliação atuarial.

	30/09/2017
Participantes Ativos	**5.658**
Idade média	43 anos
Tempo de Serviço Médio	12 anos
Salário de Participação Médio Projetado	R$ 7.018,48
Participantes Autopatrocinados	**512**
Idade média	44 anos
Tempo de Inscrição Médio	14 anos
Salário Aplicável Médio Projetado	R$ 4.645,70

	31/12/2017
Aposentados	**3.497**
Idade média	65 anos
Benefício Médio Projetado	R$ 4.685,40
Pensionistas	**184**
Idade média dos pensionistas vitalícios	58 anos
Benefício Médio Projetado	R$ 3.655,02

O número de pensionistas representa o número de grupos familiares. A idade média dos pensionistas reflete a idade média do dependente vitalício principal.

São considerados, na elaboração da avaliação atuarial, também como participantes ativos, aqueles que:

Clique nas imagens para acessar os documentos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 185ª Reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 05 de março de 2018

O Conselho Fiscal da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, após exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apoiados ainda nos pareceres sem ressalvas do auditor independente, BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES, é de opinião que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2017, estando em condições de merecer aprovação por parte do Conselho Deliberativo.

SILVIA TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente do Conselho (Substituta)

IVO FILGUEIRAS MARINS
Membro Efetivo

HELIO LOSITO
Membro Efetivo

BDO

Tel.: +55 21 2210 5166
Fax: + 55 21 2224 5285
www.bdobrazil.com.br

Rua Buenos Aires, 48
4º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ 20070-022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadores da
TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (Fundação ou Entidade)**, que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela **TELOS**, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC Nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social** e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.**

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reemissão do relatório dos auditores independentes

Em 31 de janeiro de 2018, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria não contendo modificação em nossa opinião. Posteriormente, em 14 de fevereiro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) alterou a DPAP - Planilha Cálculo Duração do Passivo e Ajuste de Precificação enviada anteriormente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Consequentemente, alteramos as notas explicativas de forma a refletir os valores dos ajustes. Não houve alteração do nosso julgamento, apresentados neste relatório.

Clique nas imagens para acessar os documentos.

TELOS

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Av. Presidente Vargas, 290 10º andar Centro
Rio de Janeiro/RJ CEP: 20091-060